CRMVSP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Informativo 84

Ano XXVIII - Outubro 2021

Mala Direta Postal
Básica
9912283873/DR-SPM
CRMV-SP
...CORREIOS...
Fechamento autorizado.
Pode ser aberto pelo ECT.

Rua Vergueiro, 1753/1759 - 1º, 4º e 5º andares
Vila Mariana - CEP: 04101-000 - São Paulo/SP

Medicina Veterinária do Coletivo: novas formas de atuação para a consolidação da Saúde Única

Pesquisadores brasileiros criam primeiro banco de sêmen de onça-pintada do mundo

Medicina Veterinária de Desastres exige treinamento técnico e equilíbrio emocional

ÍNDICE

10

21

25

4 **Por dentro do Conselho**

9 **Você no CRMV**
Fernando Gomes Buchala: o conceito de Saúde Única está no DNA do médico-veterinário

10 **Entrevista**
"O interesse coletivo é o que transforma a sociedade", afirma Rita de Cássia Maria Garcia

13 **Especial**
Medicina Veterinária do Coletivo veio para transformar a visão dos profissionais

19 **Opinião**
Médicos-veterinários conscientes e capacitados são decisivos na construção de nossa sociedade

20 **Perspectiva**
CRMV-SP adequa sua Política de Privacidade em atenção à LGPD

21 **Perspectiva**
Medicina Veterinária de Desastres exige atuação multiprofissional e multisetorial

24 **Perspectiva**
Médicos-veterinários e zootecnistas prestam assistência a animais no Parque do Juquery

25 **Fazendo a diferença**
Banco de sêmen de onças-pintadas é pioneiro no mundo

27 **Perspectiva**
5ª Semana do Médico-veterinário

29 **Atualize-se**

30 **CRMV Responde**

31 **Nas Comissões**

33 **Publicações Oficiais**

33 **Transparência**

FALE COM A REDAÇÃO

Endereço: Rua Vergueiro, 1753/1759 - 1º, 4º e 5º andares
Vila Mariana - CEP: 04101-000 - São Paulo (SP)
E-mail: comunicacao@crmvsp.gov.br

fb.com/crmvsp @crmv_sp @crmvsp

www.crmvsp.gov.br
Acesse e confira o conteúdo exclusivo.

CRMVSP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Informativo 84 – 2021

Diretoria Executiva
Presidente: méd.-vet. Odemilson Donizete Mossero. ***Vice-presidente:*** méd.-vet. Fábio Manhoso. ***Secretário-geral:*** méd.-vet. Fernando Gomes Buchala. ***Tesoureiro***: méd.-vet. Rosemary Viola Bosch. ***Conselheiros efetivos:*** méd.-vet. Carlos Eduardo Larsson; méd.-vet. Mirela Tinucci Costa; méd.-vet. Mussi Antonio De Lacerda; méd.-vet. Rogerio Arno Miranda; méd.-vet. Silvio Arruda Vasconcellos; méd.-vet. Suely Stringari De Souza. ***Conselheiros suplentes:*** zoot. Ana Claudia Ambiel Corral Camargo; méd.-vet. Felipe Consentini; méd.- vet. Martin Jacques Cavaliero; méd.-vet. Mitika Kuribayashi Hagiwara; méd.-vet. Raphael Marco Blech Hamaoui; méd.-vet. Rodrigo Soares Mainardi. ***Chefe de gabinete:*** Renata da Silva Rezende.

Unidade Regional de Fiscalização e Atendimento

Araçatuba | Rua Oscar Rodrigues Alves, nº 55, 7º andar, sala 12, Araçatuba (SP). Fone: (18) 3622-6156
E-mail: dr.aracatuba@crmvsp.gov.br

Botucatu | Rua Amando de Barros, nº 1.040, salas 601 a 604, Botucatu (SP). Fone: (14) 3815-6839
E-mail: dr.botucatu@crmvsp.gov.br

Campinas | Av. Dr. Campos Sales, nº 532, sala 23, Centro, Campinas (SP). Fone: (19) 3236-2447
E-mail: dr.campinas@crmvsp.gov.br

Marília | Av. Rio Branco, nº 936, 7º andar, conj. 73, Marília (SP). Fone: (14) 3422-5011
E-mail: dr.marilia@crmvsp.gov.br

Presidente Prudente | Av. Cel. José Soares Marcondes, nº 983, sala 61, Presidente Prudente (SP). Fone: (18) 3221-4303
E-mail: dr.prudente@crmvsp.gov.br

Ribeirão Preto | Rua Visconde de Inhaúma, nº 490, conj. 306 a 308, Ribeirão Preto (SP) . Fone: (16) 3636-0261
E-mail: dr.ribeirao@crmvsp.gov.br

Santos | Av. Almirante Cochrane, nº 194, conj. 52, Aparecida, Santos (SP). Fone: (13) 3227-6395
E-mail: dr.santos@crmvsp.gov.br

São José do Rio Preto | Rua Marechal Deodoro, nº 3.011, 8º andar. Fone: (17) 3235-1045
E-mail: dr.riopreto@crmvsp.gov.br

Sorocaba | Rua Riachuelo, nº 460, 10º andar, sala 1.005, Jardim Vergueiro, Sorocaba (SP). Fone/fax: (15) 3224-2197
E-mail: dr.sorocaba@crmvsp.gov.br

Taubaté | Rua Jacques Felix, nº 615, Centro, Taubaté (SP), caixa-postal 52. Fone: (12) 3632-2188
E-mail: dr.taubate@crmvsp.gov.br

Coordenadoria de Comunicação e Eventos
Editor responsável: méd.-vet. Silvio Arruda Vasconcellos
Jornalista responsável: Laís Domingues – MTB: 59.079/SP
E-mail: comunicacao@crmvsp.gov.br
Redação: Gisele Donato – MTB 22.429/SP
Colaboração: Leniza Gonçalves de Almeida – MTB 32.733/SP

Sede do CRMV-SP
Rua Vergueiro, nº 1753/1759, 1º, 4º e 5º andares
Vila Mariana, São Paulo (SP) - CEP 04101-000
Fone: (11) 5908-4799
www.crmvsp.gov.br

Projeto gráfico: Patricia Okamoto | Tikinet
Diagramação: Gustavo Versiani | Mota Produções
Revisão: Anderson Floriano | Mota Produções
Capa: iStockphoto / SelectStock

Odemilson Donizete Mossero
Presidente do CRMV-SP
(triênio 2021-2024)

ACERVO CRMV-SP

PELA UNIÃO DAS CLASSES

Caros colegas,

Iniciamos nossa gestão à frente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) trabalhando continuamente pela integração e valorização dos profissionais da Medicina Veterinária e da Zootecnia.

Nosso dia a dia está comprometido com o integral cumprimento de nossas propostas, com atenção especial e ênfase na orientação, ética profissional, educação continuada e fiscalização, visando sempre o reconhecimento cada vez maior do valor das nossas profissões.

Buscamos também aproximação com nossos colegas, com as universidades de todo o Estado, com as entidades de classe, e teremos representatividade atuante nas diferentes regiões para, assim, discutir os problemas e as possíveis soluções.

Reforço a intenção da nova gestão de despertar nossas classes para uma maior participação política, afinal, muitas decisões impactantes dependem de aprovações prévias de nossos representantes eleitos nas esferas federal, estadual e municipal do legislativo e do executivo.

O amplo campo de atuação do médico-veterinário e seu papel como agente ativo da saúde pública podem ser vistos ao longo desta edição, começando pela matéria especial, que traz como tema a Medicina Veterinária do Coletivo, especialidade recentemente reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV).

O enfrentamento da pandemia em nível mundial trouxe à tona a oportunidade de inserção do médico-veterinário não apenas como coadjuvante, mas como protagonista no gerenciamento de crises e prevenção, por meio da pesquisa, da atuação em grupos multidisciplinares e da formação humanística desde a formação acadêmica.

Outro tema bastante relevante é a Medicina Veterinária de Desastres, cujos profissionais tiveram ação efetiva durante o incêndio do Parque Estadual do Juquery e foram homenageados pelo CRMV-SP. Destaco a inestimável colaboração da Comissão de Resgate Técnico Animal e Medicina Veterinária de Desastres na implantação de um sistema de comando de incidente para o resgate e atendimento aos animais vítimas do incêndio, ocorrido em agosto.

As páginas do Informativo trazem ainda um resumo de como foi a 5ª edição da Semana do Médico-veterinário, cujos painéis reuniram grandes profissionais em torno dos temas Medicina Veterinária do Coletivo, Prevenção Jurídica e Ética, e Nutrição Responsável. Outro destaque é a iniciativa de pesquisadores brasileiros do Instituto Reprocon, que criaram o primeiro banco de sêmen de onças-pintadas do mundo.

Esta edição conta também com informações sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sendo que nosso primeiro passo foi a atualização de nossa Política de Privacidade e a elaboração de um termo de consentimento, ambos disponíveis digitalmente, para garantir a proteção dos dados de médicos-veterinários e zootecnistas.

Agradeço a todos pela confiança e oportunidade dada à nova gestão, seguiremos consolidando nosso trabalho para promover o reconhecimento cada vez maior dos valores das nossas profissões pela sociedade.

A busca pela integração de todos nós profissionais da Medicina Veterinária e da Zootecnia será contínua. Dessa forma, sairemos fortalecidos!

Boa leitura!

ACERVO CRMV-SP

Da esquerda para direita: o vice-presidente, Fábio Manhoso; o presidente, Odemilson Donizete Mossero; a tesoureira, Rosemary Viola Bosch; e o secretário-geral, Fernando Gomes Buchala

Nova diretoria executiva e conselheiros tomam posse

A posse da nova diretoria executiva e conselheiros do CRMV-SP, para o triênio 2021-2024, foi transmitida ao vivo, dia 3 de agosto, pela página do Conselho no Facebook e teve presença limitada aos empossados, aos membros da gestão anterior e ao presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), Francisco Cavalcanti de Almeida.

O presidente eleito, Odemilson Donizete Mossero, agradeceu a confiança depositada em seu trabalho e nas propostas apresentadas durante a campanha da Chapa Integração, eleita em março com 63,6% dos votos. "Seguiremos neste tom, aproximando os colegas e as universidades. Teremos representatividade nas diferentes regiões, para discutir os problemas e as possíveis soluções", enfatiza Mossero.

Novo coordenador da CDA visita o CRMV-SP

Em agosto, o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, o secretário-geral da autarquia, Fernando Gomes Buchala, e a tesoureira Rosemary Viola Bosch, reuniram-se com o coordenador de Defesa Agropecuária do estado de São Paulo, Luís Fernando Bianco, para estabelecer diálogos e tratar de questões relacionadas ao Agronegócio e a atuação do médico-veterinário e do zootecnista na pecuária paulista.

Uma das pautas da reunião abordou o cronograma de atividades sugeridas pelo Governo do Estado para retirada da vacinação da febre aftosa até 2023. Foram discutidos também a formulação de uma lei estadual de inspeção higiênica de produtos de origem animal e um projeto de lei que altera a legislação dos produtos artesanais. "São tratativas que devem ser discutidas entre as duas instituições, pois dizem respeito à atuação do médico-veterinário", afirma Buchala.

ACERVO CRMV-SP

Da esquerda para a direita: Luís Fernando Bianco, coordenador de Defesa Agropecuária do estado de São Paulo; Rosemary Viola Bosch, tesoureira do CRMV-SP; Odemilson Donizete Mossero, presidente; e Fernando Gomes Buchala, secretário-geral da autarquia

ACERVO CRMV-SP

CRMV-SP e Sebrae se reúnem para alinhamento de parceria para estimular empreendedorismo. Da esq. para dir.: Rosemary Viola Bosch, tesoureira; Odemilson Donizete Mossero, presidente do CRMV-SP; Leandro Reale Perez, consultor do Sebrae-SP; e Leonardo Burlini Soares, coordenador técnico médico-veterinário do Conselho

Novo sistema de informação

O CRMV-SP iniciou os trabalhos para a transição de seu novo sistema de informação. O projeto, que teve início na gestão 2015-2021, deverá ser lançado ainda em novembro. Com a implementação da Solução Integrada de Gestão (SIG), *software* que promove a interação entre todos os departamentos e processos, as informações da instituição deixarão de ser restritas a apenas uma área.

Desenvolvido especialmente para conselhos profissionais, o SIG irá substituir o Siscad, atual sistema de cadastro profissional do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV). A troca trará mais eficiência e efetividade, proporcionando maior qualidade às atividades desenvolvidas e menor incidência de retrabalho. Além de praticidade e segurança para os profissionais, que poderão encaminhar solicitações para qualquer área da autarquia, anexar documentos e acompanhar o status da requisição de forma on-line.

ACERVO CRMV-SP

Diretoria recebe o ex-governador Geraldo Alckmin

Passados exatos seis anos da primeira vez que esteve na sede do CRMV-SP recebendo a Comenda do Mérito Veterinário da Academia Paulista de Medicina Veterinária (Apamvet), o ex-governador Geraldo Alckmin retornou à autarquia para uma visita de cortesia aos membros da nova diretoria.

O político é filho do médico-veterinário Geraldo José Rodrigues Alckmin, patrono da cadeira 22 da Apamvet e figura de grande importância para a Piscicultura Paulista, tendo trabalhado por quase 40 anos como servidor da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado. "A Medicina Veterinária e a Zootecnia, assim como o Agronegócio, sempre fizeram parte da minha vida, por isso me sinto muito à vontade ao lado dos profissionais que movimentam a economia do nosso estado e País", afirma Alckmin.

ACERVO CRMV-SP

Da esq. para dir.: Fábio Manhoso, vice-presidente; Odemilson Donizete Mossero, presidente do CRMV-SP; Geraldo Alckmin, ex-governador; e Rosemary Viola Bosch, tesoureira da autarquia

Fórum dos Zootecnistas

Em agosto, o CFMV realizou o I Fórum dos Zootecnistas Membros do Sistema CFMV/CRMVs, evento que contou com a participação de representantes do CRMV-SP: a conselheira suplente e presidente da Comissão Nacional de Educação em Zootecnia, Profa. Dra. Ana Claudia Ambiel Corral Camargo; e o presidente da Comissão de Zootecnia e Ensino da autarquia, Prof. Dr. Celso Carrer. A visão atual e as perspectivas da classe, bem como a atualização da Lei nº 5.550/1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de zootecnista no País, foram alguns dos temas debatidos. O encontro foi realizado de forma híbrida, com a participação de 70 zootecnistas dos conselhos regionais, metade presencialmente e a outra de forma remota.

DIVULGAÇÃO CFMV

ACERVO CRMV-SP

Diretoria visita obras da sede

A Diretoria Executiva do CRMV-SP, juntamente com o engenheiro Lúcio Otávio Freitas, fez a primeira vistoria nas obras de reforma do prédio da sede do Conselho. Com previsão de entrega para julho de 2022, o projeto visa adequar as instalações à legislação vigente, garantindo acessibilidade às pessoas com deficiência, modernização e recuperação estrutural para maior segurança, a fim de oferecer as melhores condições de atendimento aos médicos-veterinários, zootecnistas e à sociedade.

De fácil acesso, a sede própria do Conselho possui nove andares e está localizada na Rua Apeninos, 1.088, próxima à estação Paraíso do metrô, em São Paulo. O contrato de reforma foi assinado em janeiro deste ano, após um longo processo de licitação, e prevê um investimento total no valor de R$ 7.790.192,31.

Selo de Prevenção à Corrupção

O CRMV-SP recebeu selo de participante do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), iniciativa voltada aos gestores das organizações públicas que tem como objetivo combater fraudes e corrupção, patrocinado pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Para o presidente Odemilson Donizete Mossero, a ferramenta do "e-Prevenção" irá auxiliar os gestores na implementação de práticas que aprimorem a integridade das instituições. "A adesão ao programa é fundamental para estimular nossos colaboradores a continuarem adotando práticas corretas e de controle para gestão dos recursos públicos", enfatiza.

DIVULGAÇÃO

PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO

PARTICIPANTE

Condições salariais de servidores médicos-veterinários

Representado pelo vice-presidente Fábio Manhoso, o CRMV-SP entregou ofício sobre condições salariais de servidores médicos-veterinários à Câmara dos Vereadores e à Prefeitura de Marília. O Conselho foi procurado pelos profissionais da região devido à tramitação de um novo projeto de lei de carreira dos servidores municipais, no qual médicos-veterinários podem perder a isonomia salarial que tinham até 2019 em relação aos médicos. Atualmente, são 12 médicos-veterinários atuando como servidores públicos na cidade. "No documento, enfatizamos que os médicos-veterinários são profissionais da saúde extremamente necessários para a garantia da saúde pública e o desenvolvimento do município", afirma Manhoso.

ARQUIVO PESSOAL/FÁBIO MANHOSO

Da esquerda para a direita: Marcos Rezende, vereador e presidente da Câmara Municipal de Marília; Luciano Rocha Villela, supervisor da Vigilância Sanitária; Fábio Manhoso, vice-presidente do CRMV-SP; Lupércio Garrido, coordenador da Divisão de Zoonoses de Marília, Marcos Boldrin, coronel reformado; e servidores da equipe técnica da Secretaria da Administração Pública da Prefeitura de Marília

Representatividade

A diretoria do CRMV-SP e a Comissão de Políticas Públicas receberam representantes da administração pública das cidades de Barra do Chapéu (região de Apiraí), Limeira, e da capital paulista para tratar de questões relacionadas a projetos de mutirão de castração e políticas públicas. O vice-presidente do Regional, Fábio Manhoso, destacou a necessidade das ações municipais respeitarem as normativas do Conselho, de forma a garantir o bem-estar e qualidade de vida da população. De acordo com o presidente da autarquia, Odemilson Donizete Mossero, "é importante que os agentes públicos, médicos-veterinários e zootecnistas, participem de todas as discussões e tratativas relacionadas às profissões, oferecendo os conhecimentos técnicos adquiridos, na busca por soluções do interesse e defendendo a sociedade".

ACERVO CRMV-SP

PURAA é tema de evento da Defesa Agropecuária

A Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo realizou, em comemoração ao Dia do Médico-veterinário, o III Workshop da Plataforma Unificada para Responder aos Acidentes de Trânsito Envolvendo Animais em Rodovias (PURAA) como modelo inovador em fiscalização, transporte e bem-estar único. A abertura contou com a participação do presidente do CRMV-SP, Odemison Donizete Mossero, que abordou a importância da participação de diferentes órgãos em prol da saúde pública. Entre os palestrantes, o professor Adroaldo José Zanella da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ-USP), integrante do GT em Destinação de Resíduos gerados nas Atividades Agropecuárias do Conselho, e um dos idealizadores e coordenadores da iniciativa, falou sobre a saúde animal no transporte de animais de produção.

Canil/gatil clandestino é fechado em Guarulhos

Uma ação conjunta entre o Ministério Público Estadual, a Polícia Civil, a Delegacia de Crimes Ambientais e o CRMV-SP, com participação do Departamento de Proteção Animal de Guarulhos, resultou no fechamento de um canil e gatil clandestino, localizado no Jardim City Las Vegas, no município de Guarulhos. No local, sem estrutura adequada e condições de limpeza, foram encontrados 39 gatos da raça bengal (gato de bengala), que chega a custar R$ 7 mil, e doze cães golden retriever. O proprietário foi preso em flagrante e os animais levados para um abrigo temporário em Suzano, onde permanecem à disposição da Justiça. As autoridades chegaram ao criadouro clandestino após denúncia anônima.

CRMV-SP lamenta perdas de conselheiros efetivos

O CRMV-SP lamenta o falecimento de profissionais que muito contribuíram com a história e o desenvolvimento da Medicina Veterinária no estado de São Paulo. Ambos faleceram em decorrência da Covid-19. Em agosto, Heinz Otto Hellwig faleceu aos 71 anos, em São José do Rio Preto. O médico-veterinário foi conselheiro efetivo do CRMV-SP por cinco gestões seguidas, e participou das comissões de Tomada de Contas e de Responsabilidade Técnica. Já o professor Antonio Matera faleceu em setembro, aos 86 anos, em São Paulo. O profissional fez parte do grupo de médicos-veterinários que lutou pela regulamentação da profissão e a consequente criação do Sistema CFMV/CRMVs. Foi conselheiro efetivo do Regional no triênio 1969-1972 e fez parte da Comissão de Ética da autarquia. Dentre as conquistas da primeira gestão, está o início do registro dos profissionais e um acordo feito com a Polícia Federal para combater o charlatanismo e o exercício ilegal da Medicina Veterinária.

Errata

Na edição 83 do Informativo do CRMV-SP, na matéria que abordou a importância do prontuário médico-veterinário, as perguntas formuladas para os profissionais entrevistados consideraram tópicos abordados no artigo relacionado a seguir, sem que esta informação fosse citada:

SANTERAMO, Juliana. TREMORI, Tália Missen; SIQUEIRA, Adriana de. Aspectos técnicos, éticos e legais na elaboração do prontuário médico veterinário. Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV SP, V. 19, n. 1, 2021, e 38094, DOI 10.36440/recmvzV19i1.38094.

SAIU NA **MÍDIA**

Durante os meses de julho a setembro, os profissionais do CRMV-SP foram consultados pela mídia sobre pautas relacionadas ao Dia Nacional da Suinocultura, inverno e pets, e castração irregular no interior de São Paulo. Temáticas relacionadas ao Dia Internacional do Gato e Semana de Combate à Leishmaniose, foram publicadas no Terra, MSN e entrevistas às rádios EBC e Cidade Jundiaí. Outro assunto de grande repercussão na imprensa foi o incêndio no Parque Estadual do Juquery, que contou com ações da Comissão de Resgate Técnico Animal e Medicina Veterinária de Desastres do CRMV-SP, mencionadas na CNN e na Record. Em setembro, as entrevistas abordaram o Dia do Médico-veterinário, Dia Mundial do Coração e comportamento dos pets, concedidas à Forbes, ao portal Alto Astral, à Revista Autoesporte, com repercussão em outros canais, como Valor Econômico. ■

ACERVO CRMV-SP

Total de inserções na mídia

Julho	21
Agosto	64
Setembro	99
Total	**184**

Veículos

Rádio Nacional, Portal do Agronegócio, Forbes, Revista Autoesporte, Canal do PET IG, Destaque Rural, Se Meu Pet Falasse, A Lavoura, Revista Clínica Veterinária, Revista Negócios Pet, CNN, Record, G1, Terra, MSN, IG, Rádio EBC, Rádio Cidade Jundiaí, Portal DBO, Minuto Rural, Dr. Jairo Bouer, Estadão e Valor Online.

Movimentação dos Processos Éticos*	
Denúncias recebidas:	41
Denúncias arquivadas:	1
Processos éticos instaurados:	11
Processos éticos julgados:	25

Fiscalizações*	
Empresas inscritas fiscalizadas:	1.855
Empresas não inscritas:	926
Autos de infração lavrados:	649
Fiscalizações no período:	2.781

Total de empresas fiscalizadas por Urfa's*	
Sede:	529
Marília:	248
Campinas:	69
Sorocaba:	241
Taubaté:	244
São José do Rio Preto:	402
Araçatuba:	89
Santos:	287
Ribeirão Preto:	282
Botucatu:	12
Presidente Prudente:	378

*Período: julho, agosto e setembro/2021

ACERVO CRMV-SP

FERNANDO GOMES BUCHALA: O CONCEITO DE SAÚDE ÚNICA ESTÁ NO DNA DO MÉDICO-VETERINÁRIO

É secretário-geral do CRMV-SP e médico-veterinário do Escritório de Defesa Agropecuária de São José do Rio Preto (SP)

"Vem do ninho". Assim, Fernando Gomes Buchala, secretário-geral do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), define a sua escolha pela profissão. "Desde criança, tinha contato com a atividade rural. Sou do interior de São Paulo, da cidade de São José do Rio Preto. Meu pai tinha uma pequena propriedade rural e a gente adorava ir lá, tinha cachorro, cavalo e sempre tive interesse pelo Agronegócio. Desde que me conheço por gente, eu dizia que queria ser médico-veterinário", enfatiza.

Buchala conta que, naquela época, não havia marketing da profissão e nem grande volume de médicos-veterinários. "Era uma coisa exótica para nossa região, porque as universidades eram todas muito distantes e não tínhamos acesso e nem éramos influenciados pela informação, assim a escolha foi bem instintiva."

Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre e doutor em Medicina Veterinária Preventiva pela Universidade Estadua Paulista (Unesp), e pós-doutor em Diagnóstico Molecular pela University of Georgia, Buchala esteve à frente da CDA e, atualmente, é médico-veterinário do Escritório de Defesa Agropecuária de São José do Rio Preto.

Convicto de que queria estudar Medicina Veterinária, Buchala terminou o Ensino Médio pesquisando em qual instituição pública poderia cursar. "Descobri a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que me interessava por ser dentro de uma fazenda rural. Prestei o vestibular, passei. Foi um período muito difícil, porque era muito distante da minha casa, não havia telefone para a comunicação com a família".

Com o curso concluído, fez aprimoramento no Jockey Clube de São Paulo e em uma grande agropecuária, que lhe proporcionaram uma boa experiência profissional e a oportunidade de abrir uma policlínica veterinária em São José do Rio Preto. "Durante alguns anos tive essa clínica, consegui abrir uma filial, estava bem estabelecido na área de pequenos e grandes animais, sempre direcionado ao Agronegócio, para programa de reprodução, inseminação artificial, atendimento a propriedades rurais, até que eu fiz o concurso da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e me tornei médico-veterinário da Defesa Agropecuária da Regional de São José do Rio Preto."

A partir daí, Buchala direcionou a sua atuação profissional para à área de Defesa Agropecuária, ocupava todo seu tempo como médico-veterinário servidor público. "Depois que entrei para a vida pública como médico-veterinário, acabei desativando minhas clínicas veterinárias, pois já não conseguia conciliar a agenda com a vida profissional de servidor público e as atividades de médico-veterinário das propriedades da família, onde, até hoje eu sou o gestor".

Dentro da Secretaria da Agricultura e Defesa Agropecuária, ocupou diversos cargos, primeiro como médico-veterinário de campo, depois como assistente regional, diretor da regional, assistente estadual do Centro de Defesa Sanitária Animal, depois do Grupo de Defesa Sanitária Animal e, por último, coordenador da Defesa Agropecuária, que é o cargo mais alto. São 30 anos na CDA. "Atualmente, retornei à minha origem, São José do Rio Preto, trabalhando como médico-veterinário da Defesa Agropecuária. Faço atendimentos da linha de frente de sanidade agrícola, de brucelose, tuberculose, raiva, aftosa, anemia infecciosa equina, então, todo dia é uma experiência nova. Devo minha vida à Medicina Veterinária", afirma Buchala.

Recentemente, eleito para o cargo de secretário-geral do CRMV-SP, Buchala afirma que a expectativa da nova gestão é de aproximar ainda mais o Conselho dos colegas que estão na prática profissional. "Temos muito respeito à profissão, carregamos toda a experiência de quem esteve no campo, no dia-a-dia da Medicina Veterinária e da Zootecnia e temos o compromisso de oferecer respostas e propor melhorias às nossas profissões, mantendo o Conselho de portas abertas a todos."

O secretário-geral destaca ainda a questão importante referente à educação e à revisão das legislações que regem a Medicina Veterinária e a Zootecnia. "Nossas legislações estão desatualizadas, são todas da década de 1960, precisamos passar por um processo de atualização, mas temos que ter um cenário político estável e uma bancada política suficiente para conseguir propor qualquer mudança. Vejo essas situações como desafios contemporâneos que vão influenciar não só nossa gestão mas as duas profissões como um todo."

A importância da atuação do Conselho na valorização de seus profissionais, segundo Buchala, está no direcionamento das questões relacionadas às classes, e que proporcionem avanços para a sociedade, sem perdas para as profissões. "Nosso diferencial está na qualidade. Se não tiver uma fiscalização do Conselho, regramentos e valores estabelecidos, a qualidade do serviço cai e, consequentemente, haverá a banalização da profissão. Só conseguimos defender nossos interesses, oferecendo um serviço qualificado."

Com sua ampla experiência profissional no setor, Buchala lembra que, a partir da década de 1990, houve uma grande transformação no Agronegócio brasileiro, não só nos quesitos de produtividade, mas também no sanitário. Hoje, temos produtos de extrema segurança e com boa qualidade sanitária para operar no mundo inteiro. "E o papel do médico-veterinário nisso é extremamente importante. A certificação sanitária só é possível porque há um médico-veterinário envolvido com a cadeia produtiva, atestando as boas práticas até chegar ao produto final".

Quanto à criação da nova Comissão de Agronegócio, do CRMV-SP, Buchala mostra-se animado com o fato de ser uma equipe de consultores especializados e preparados para cada assunto que envolve o setor e que têm a incumbência de responder a todo o momento com a emissão de pareceres e efetuando análises dos pontos de vista médico-veterinário e zootecnista, isentos de toda a dinâmica de mercado. "Nós somos os únicos que podemos nos posicionar de forma autêntica, por termos um posicionamento técnico e científico sobre os assuntos isentos da influência das *commodities*, dos mercados. Mas ao mesmo tempo a nossa responsabilidade é muito grande, pois temos que ser precisos, ter muito conhecimento de causa e estarmos capacitados para enfrentar crises, porque o mercado é muito sensível e as respostas técnicas devem ser imediatas." ■

"O INTERESSE COLETIVO É O QUE TRANSFORMA A SOCIEDADE", AFIRMA RITA DE CÁSSIA MARIA GARCIA

ACERVO PESSOAL/RITA DE CÁSSIA MARIA GARCIA

Para a médica-veterinária, a Medicina Veterinária do Coletivo nasce com práticas intersetoriais e interprofissionais para a construção de uma melhor qualidade de vida para seres humanos, animais e meio ambiente

Em entrevista ao **Informativo CRMV-SP**, a Profa. Dra. Rita de Cássia Maria Garcia, coordenadora do Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC) fala sobre o surgimento da Medicina Veterinária do Coletivo (MVC) e dos desafios da especialidade – recentemente reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) –, cujas propostas para a construção de uma melhor qualidade de vida para todos são moldadas sob a ótica da Saúde Única.

Graduada em Medicina Veterinária, mestrado (1996) e doutorado (2009) pela Universidade de São Paulo (USP), com cursos de especialização senso lato em Patologia Clínica, Saúde Pública; Homeopatia, Bem-estar Animal e Medicina de Abrigos (Universidade da Flórida, 2014), Rita Garcia é consultora da World Animal Protection (WAP) e do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal; presidente da Associação Brasileira de Bem-Estar Animal; assistente técnica do Ministério Público do Estado de São Paulo; membro da Comissão de Medicina Veterinária Legal do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná (CRMV-PR) e docente de Medicina Veterinária Legal da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A médica-veterinária discorre sobre a pioneira residência em MVC, implantada pela UFPR, as várias possibilidades de atuação da área junto ao primeiro, segundo e terceiro setores e sobre a necessidade de conscientização do indivíduo em prol do coletivo. Leia a íntegra:

1 – Como surgiu a Medicina Veterinária do Coletivo (MVC)? Quais os fundamentos e áreas envolvidas?

As primeiras sementes da Medicina Veterinária do Coletivo (MVC) têm relação com as questões do controle populacional de cães e gatos que, com a evolução ética e moral da sociedade em relação aos animais, passou a não mais aceitar a captura e eliminação como forma de controle populacional animal. Após um longo período de captura e eliminação de cães de forma indiscriminada, primeiramente para o controle da raiva, apenas na década de 1990 iniciou-se um novo período, denominado de prevenção ao abandono, quando os municípios começaram a implantar estratégias para o manejo populacional ético e sustentável de cães e gatos.

A partir do ano de 2006, leis estaduais começaram a proibir a eliminação de cães e gatos como forma de controle. Esse período passou a ser chamado de período de respeito à vida, relacionado com o movimento "No kill", que já havia começado em alguns estados norte-americanos nos anos 1990. No estado de São Paulo, a proibição legal chegou em 2008, quando os Centros de Controle de Zoonoses foram obrigados a encontrar saídas para que os animais mantidos fossem novamente reintroduzidos na

sociedade por meio da adoção. Antes, os animais eram eutanasiados.

Novos saberes, experiências e técnicas passaram a ser necessários para manutenção da saúde dos animais durante a sua permanência nos canis e gatis. Um novo perfil de profissional, que não apenas o sanitarista, passou a ser necessário. A associação dos conhecimentos da clínica médica, cirúrgica, medicina veterinária preventiva, entre outros, que se resumem à ciência da Medicina de abrigos passou a ser um novo desafio. Mas, também, um novo olhar para as interações humano, animal e ambiente para o controle das zoonoses e outros agravos não contagiosos, como o caso da violência interpessoal e os maus-tratos aos animais.

A Medicina Veterinária do Coletivo nasceu desses grandes desafios, com uma proposta de enfrentamento sob a ótica da Saúde Única, com práticas intersetoriais, interprofissionais, para a construção de uma melhor qualidade de vida para seres humanos, animais e o meio ambiente, em ressonância com uma evolução de ética social das comunidades relacionado com o status moral/legal dos animais, as novas formas de relacionamento humano-animal-ambiente e o fortalecimento de novos paradigmas na Medicina Veterinária, principalmente, na saúde pública. A MVC tem intersecções com a Saúde Coletiva, a Medicina de abrigos, a Medicina Veterinária Legal e a Medicina de desastres.

2 – A MVC foi recentemente reconhecida como especialidade da Medicina Veterinária. O Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC) é a entidade habilitada pelo CFMV a conceder o título de especialista. Qual o impacto desse reconhecimento na rotina dos profissionais envolvidos?

Permite o reconhecimento da área e da adequada formação acadêmico-científica dos profissionais envolvidos, demonstrando oficialmente que eles estão aptos a exercerem essa especialidade com competência, ética e responsabilidade. Também traz um destaque para esses profissionais em termos de excelência de trabalho, o que aumenta o seu prestígio não só em meio aos colegas de profissão, mas na comunidade em geral. Pensando-se na importância e atuação dos médicos-veterinários em todas as intersecções da MVC nada mais justo do que ter esse título como mais uma forma de reconhecimento pelo trabalho que desempenham, bem como mudar a visão desses profissionais para que percebam o quão importantes são na nossa sociedade. Hoje em dia, principalmente no Sistema Único de Saúde (SUS), o anseio por especialistas tem crescido e isso traz ainda mais visibilidade para os futuros detentores do título de especialista em Medicina Veterinária do Coletivo.

3 – O que motivou a criação do IMVC? Há previsão de quando será realizada a primeira prova para titulação?

O IMVC nasceu como Instituto Técnico de Educação e Controle Animal (ITEC) com o principal objetivo de promover o manejo populacional de cães e gatos (MPCG) de forma ética e sustentável, além da proposta educativa e de capacitação de profissionais, em 2005. Nesse mesmo ano, começaram os Cursos de Formação de Oficiais de Controle Animal – Cursos FOCA, inicialmente em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

A partir de 2006, passou a ser referência para a humanização dos serviços de controle animal, manejo populacional de cães e gatos e controle de zoonoses transmitidas pelos animais de companhia, capacitando profissionais de serviços de controle de zoonoses. Com as demandas sociais, o Curso FOCA foi atualizado e passou a ser Curso de Medicina Veterinária do Coletivo e de Formação de Oficiais de Controle Animal, capacitando mais de 3.500 profissionais até o momento.

O IMVC obteve reconhecimento internacional, com diretores participando de comissões nacionais e internacionais sobre o MPCG. Fez parte da primeira discussão da OIE sobre o controle de cães de rua (Paris, França, 2005), o que resultaria mais tarde no capítulo 7.7 do Código de Animais Terrestres; da revisão do primeiro manual do ICAM (International Companion Animal Management Coalition).

Quanto à prova de titulação, a primeira deverá acontecer no segundo semestre de 2023, quando o primeiro curso de especialização oferecido pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), chancelado pelo IMVC, já tiver finalizado. Lembrando que o curso terá início em outubro de 2021, mas as inscrições poderão ser realizadas até o final de novembro.

4 – A UFPR é pioneira no Brasil por ter criado a disciplina e fundado o programa de residência para médicos-veterinários em Medicina Veterinária do Coletivo (MVC). Quais os maiores desafios enfrentados na implantação da residência?

A residência em MVC iniciou com a parceria da Prefeitura de São José dos Pinhais, PR, que financiava as bolsas dos residentes. Posteriormente, conseguiu-se a inclusão da residência no Programa de Residência em Área Profissional de Saúde do Hospital Veterinário, financiada pelo Governo Federal. Hoje são 10 vagas, das quais cinco para o primeiro ano e cinco para o segundo.

Organizar a residência para propiciar as práticas em todas as áreas para os residentes é um dos grandes desafios. Parcerias são feitas com prefeituras, primeiro setor e terceiro setor, e isso gera processos administrativos e efetivação de convênios. Os residentes devem seguir as regras tanto dos parceiros como do programa de residência, além de atuarem 60 horas semanais, sendo 20% para a parte teórica ou teórico-prática.

A residência é um grande desafio para professores, residentes e parceiros onde se dão as práticas em serviço. Os obstáculos durante as práticas são enormes, por outro lado, são tantas as possibilidades, os projetos a serem desenvolvidos, que a balança se equilibra. As práticas, principalmente com atendimento de denúncias de maus-tratos aos animais, além de atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade, são muito estressantes e o cuidar da saúde mental também deve fazer parte dos dois anos do curso.

5 – A promoção da saúde é um dos pilares da MVC, como isso se dá por meio do conceito de Saúde Única?

A promoção da saúde tem uma característica transversal e estratégica que traz no seu escopo uma visão dos

fatores que influenciam negativamente a saúde da população, atrelando as diferenças entre necessidades, territórios e culturas existentes no Brasil. Essa estratégia tem o intuito de estabelecer mecanismos que promovam a redução das mazelas da nossa sociedade, defender radicalmente a equidade e incorporar efetivamente não só a participação, mas também o controle social na gestão de políticas públicas.

Promover a saúde implica na participação social e qualificação da comunidade para identificar os problemas que afetam a sua saúde e os caminhos para melhorar a qualidade de vida, reconhecendo a importância dos animais e ambiente em todo esse processo.

6 – A partir do momento em que os animais foram reconhecidos como seres sencientes, dotados de natureza biológica e emocional e passíveis de sofrimento, foi intensificada a visão ética sobre os animais. Na prática, a senhora acredita que a população em geral já absorveu essa ideia? Há avanços nesse aspecto, atualmente, no Brasil e no mundo?

O reconhecimento dos animais como seres sencientes é um processo que deve mudar a cultura de como os animais são vistos e resultar em práticas de melhoria dos seus níveis de bem-estar ou de libertação do seu uso. Mais recentemente, o Tribunal de Justiça do Paraná reconheceu por unanimidade a capacidade de ser parte de animais em demandas judiciais, isto é, admitir processualmente os animais não-humanos na condição de autores da demanda.

De fato o reconhecimento dos animais como seres sencientes, na prática depende da população que está sendo considerada. Nas famílias em situação de vulnerabilidade, todos os membros sofrem impacto dessa situação, sejam crianças ou animais. A negligência vivenciada por animais não é exclusividade deles. Crianças e adultos vulneráveis podem estar na mesma situação. A MVC traz essa nova abordagem, um olhar que não é só para o animal. Ele pode estar sofrendo, mas há outros seres que também estão sofrendo. A nossa responsabilidade é a de fazer os encaminhamentos possíveis para que os direitos de todos sejam preservados, para que a vida seja preservada, para que a saúde seja promovida, para que o Bem-estar Único seja o nosso objetivo.

Um estudo sobre a Teoria do Elo, feito pela UFPR, mostrou que o nível educacional dos chefes das famílias está diretamente relacionado com os maus-tratos aos animais. Para termos uma sociedade melhor, mais justa para com todos os seres, precisamos evoluir como pessoas, como grupos e como comunidades.

7 – Como a senhora analisa a importância e o amplo espectro de atuação da MVC junto ao primeiro, segundo e terceiro setores?

No setor público, um amplo espectro de atuação, como por exemplo: na vigilância epidemiológica de doenças contagiosas (por exemplo, as zoonoses) e não contagiosas (por exemplo, a violência doméstica/Teoria do Elo); na implantação e implementação de programas de manejo populacional de cães e gatos; na vigilância ambiental; nos trabalhos realizados junto aos Centros de Referência de Atenção Básica (Cras e Creas) e da secretaria de educação; e na atenção primária à saúde, trabalhando os temas das interações humano, animal e ambiente nos territórios, territorializando, por exemplo, os acumuladores, os maus-tratos, as zoonoses.

No setor privado, alguns exemplos: na clínica de pequenos animais, a questão do reconhecimento de traumas não acidentais, que podem indicar uma família problemática ou passando por violência doméstica (Teoria do Elo) – nesse caso, a importância do médico-veterinário conhecer o seu território, a Unidade Básica de Saúde (UBS) e Cras do seu território, podendo levar informações sobre essa família para que seja investigada e os demais membros protegidos; o mesmo no caso de atendimento de acumuladores de animais nas clínicas. Ainda no setor privado, o desenvolvimento de projetos sociais, como o desenvolvido pela PremieRPet na área de Medicina de abrigos, junto à UFPR, promovendo consultorias em abrigos para a melhoria dos níveis de bem-estar dos animais mantidos.

No terceiro setor, nas ONGs/OSCIPs, a demanda é cada vez maior para a contratação de médicos-veterinários para planejamento e execução de projetos para a promoção da qualidade de vida dos animais. O Fórum Nacional de Defesa e Proteção Animal, por exemplo, possui em seu quadro médicos-veterinários que trabalham em diferentes projetos e campanhas, incluindo na área de MVC.

As visões e missões desses três setores, embora diferentes, requerem profissionais que estejam atualizados e capacitados para atuar na área.

8 – A pandemia da Covid-19 tornou mais clara a interdependência das várias formas de vida no planeta e como as ações destrutivas do homem podem gerar novas pandemias. Mesmo que haja mais consciência das pessoas com relação à saúde e à imunidade coletivas, o Brasil vem assistindo a destruição maciça de suas florestas e rios. Como a senhora avalia a importância da reflexão e da conscientização do indivíduo em prol do coletivo?

Não há tempo mais oportuno para promover a conscientização e reflexão da comunidade geral em prol do coletivo que agora. Qualquer ação que tenha impacto nos animais e meio ambiente terá um impacto para o ser humano em algum momento. Muitas vezes o impacto não é momentâneo, não é direto, não é tão fácil de ser notado, mensurado ou até mesmo entendido. Cuidar do coletivo e pensar que tudo e todos estão interligados é a grande questão. Portanto, com a destruição das florestas, vidas silvestres se aproximam dos centros urbanos e zoonoses emergentes acontecem mais facilmente, o que traduz na prática os fatores de risco para novas pandemias.

A nossa sociedade tem dificuldade para compreender que tudo está interligado. O interesse coletivo é o que transforma a sociedade, a união empaticamente focada no coletivo é o que traz mudanças individuais. Só com o nosso autoconhecimento, a nossa evolução individual como seres em serviço para um mundo melhor, vamos olhar o outro como irmão e reconhecer que quando um perde, todos perdem. ■

PIXABAY

MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO VEIO PARA TRANSFORMAR A VISÃO DOS PROFISSIONAIS

Especialidade abre espaço para novas e amplas formas de atuação do médico-veterinário na consolidação da Saúde Única

A Medicina Veterinária do Coletivo (MVC), reconhecida recentemente como especialidade pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) – por meio da Resolução nº 1.394, de 13 de Maio de 2021 – , tem o objetivo de consolidar a Saúde Única – conceito que traduz a união indissociável entre a saúde animal, humana e ambiental –, e engloba a Saúde Coletiva, a Medicina de Abrigos e a Medicina Veterinária Legal com todos os seus desdobramentos. Com ações que contemplam a saúde coletiva e o bem-estar de todos, não apenas dos animais, pode-se dizer que a MVC é uma área do conhecimento com foco preventivo.

"A MVC pressupõe o desenvolvimento de ações, de forma multidisciplinar, reunindo as áreas de saúde, educação, meio ambiente, assistência social, ministério público, polícia civil, organizações não-governamentais, dentre outras, de forma a abordar questões referentes às interações humano, animal e meio ambiente e a promoção de relações harmônicas entre eles", afirma a médica-veterinária Adriana Maria Lopes Vieira, presidente da Comissão Técnica de Saúde Pública Veterinária do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP).

Adriana lembra que as ações preventivas são fundamentais, no entanto, há situações em que já houve o dano como, por exemplo, crimes contra animais e o meio ambiente. "Nesse contexto, há a necessidade de aplicação de conhecimentos para a análise de evidências ou provas com vistas ao esclarecimento da ocorrência."

Para a médica-veterinária Patrícia Pozzetti, a MVC é um importante recurso para a prevenção de doenças e de maus-tratos ao animais. "Ela faz parte da abordagem de Saúde Única, uma vez que previne a ocorrência de doenças como a raiva nos animais, evitando assim a transmissão aos seres humanos, ao mesmo tempo em que aborda as questões ambientais como, por exemplo, a disposição inadequada de resíduos alimentares que favorece a permanência e proliferação de animais, como cães e gatos, nas ruas", enfatiza Patrícia, que atuou nos últimos anos na sede da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em Paris (França), dedicando-se à implementação da Estratégia Global para eliminação da raiva humana transmitida por cães até 2030.

Uma área em ascensão no Brasil, segundo a médica-veterinária Elma Pereira dos Santos Polegato, presidente da Comissão Técnica de Saúde Ambiental do CRMV-SP, a MVC é mais que um recurso, é um desdobramento da Medicina Veterinária Preventiva e da Saúde Pública. "A diferença é que atualmente o 'coletivo' envolve não apenas a área animal, mas sim o bem-estar comum, humano e animal, portanto, contempla a prevenção, promoção e recuperação da Saúde Coletiva, ou seja, a Saúde Única."

A médica-veterinária Heloise Zavatieri Polato, residente em Medicina Veterinária do Coletivo, na Universidade Federal do Paraná, destaca ainda o foco da MVC em atuar na causa do problema, para assim evitar que haja uma evolução dessas adversidades para casos ainda mais graves. "A questão social, muito trabalhada pelo Coletivo, facilita o processo de prevenção de agravos à saúde não só animal, como humana e ambiental."

Um ponto-chave, segundo o médico-veterinário Jonas Brant, professor-adjunto e coordenador da Sala de Situação de Saúde da Universidade de Brasília, é a necessidade de se estruturar os processos de vigilância em saúde humana, animal e ambiental para que possa haver uma interoperabilidade dos dados, pois apesar dos desafios enfrentados durante a pandemia da Covid-19, a vigilância em saúde humana tem método e estrutura que permite ao País ter noção do que está acontecendo, já as vigilâncias animal e ambiental têm grandes lacunas a serem preenchidas. "Precisamos de profissionais capacitados para construir estratégias mais robustas de vigilância à Saúde Única."

Sensibilidade e ampla contribuição

Para atuar com Medicina Veterinária do Coletivo, o médico-veterinário precisa ter um olhar ainda mais aprofundado, sensível e humanizado para detectar as necessidades das pessoas e dos animais.

"O profissional capacitado para trabalhar na área tem uma visão que vai muito além de tratar uma doença, ele consegue enxergar o animal, a família em que ele está inserido e a comunidade ao seu redor, identificando o problema principal, para então atuar de forma muito mais efetiva, proporcionando mais conhecimento, saúde e bem-estar para todos. A informação é um dos

principais recursos que um especialista da área utiliza na prevenção de agravos", afirma Heloise.

A importânca do médico-veterinário nas equipes interdisciplinares para a resolução de problemas sociais, de saúde e de segurança pública é decisiva. Elma destaca que além da Saúde Pública, a principal abrangência da MVC, é o foco concentrado em controle de zoonoses, comportamento e bem-estar animal, manejo populacional canino e felino, bioética, gerenciamento de recursos humanos, entre outros. Para atuar nessa área o conhecimento do profissional deve estar voltado à interface animal-homem-ambiente e tudo que pode ter causa e efeito nesta tríade.

A presidente da Comissão Técnica de Saúde Ambiental do CRMV-SP ressalta que, na Saúde Pública ou Coletiva, o médico-veterinário pode contribuir no controle epidemiológico e de ocorrência de zoonoses de uma determinada área, sempre de forma multidisciplinar e articulada com outros profissionais. É importante manter a população informada e esclarecida sobre as doenças a que estão vulneráveis e como são transmitidas, a melhor forma de tratamento, além de utilizar os recursos da Medicina Veterinária para manter a qualidade de vida das pessoas, animais domésticos e do meio ambiente, visando a promoção da Saúde Única, bem como a saúde dos ecossistemas e de seus componentes de maneira integrada e indissociável.

ADAPDADO DE FREEPIK

"Já na Medicina Veterinária Legal, o médico-veterinário pode atuar como perito ou assistente técnico nas áreas civil, criminal e administrativa, analisando provas e elucidando crimes contra animais e o meio ambiente. Na Medicina de Abrigos, tem o objetivo de cuidar da saúde e bem-estar de pessoas e animais envolvidos, buscando a melhor forma para solucionar a temática dos animais abandonados. Resumindo, o médico-veterinário é protagonista na MVC, pois sem a sua presença nas equipes multiprofissionais as questões inerentes à área animal ficariam truncadas e, por vezes, sem solução", enfatiza Elma.

Brant lembra que o médico-veterinário é dos poucos profissionais que conseguem transitar entre grandes áreas do conhecimento e contribuir para a implantação de ações que possam ajudar no equilíbrio ecológico e, com isso, promover saúde. "Nas equipes multidisciplinares, o médico-veterinário tem uma grande contribuição porque ele tem os conhecimentos da saúde, do adoecimento, das patologias, da clínica, mas tem também um entendimento sobre a ecologia, o ambiente. É a ecologia aplicada à saúde pública, que possibilita o desenvolvimento saudável da sociedade".

Nasf

Ainda no âmbito da Saúde Única, um dos caminhos de atuação do médico-veterinário em saúde pública é participar das equipes do Núcleo Ampliado de Saúde da Família (Nasf). Lamentavelmente, no estado de São Paulo, apenas 11 cidades contam com um médico-veterinário atuando no Nasf, enquanto na Capital e Região Metropolitana, onde a densidade demográfica é maior, ainda não há um profissional integrando as equipes.

"Ter um médico-veterinário na equipe aproxima os profissionais das famílias, gera discussões muito mais ricas de casos específicos, auxilia o entendimento das situações e possibilita um melhor planejamento, monitoramento e avaliação das ações de intervenção que deve ser realizada de acordo com as necessidades de saúde da população, tanto na questão clínica, quanto nos aspectos sanitários e ambientais", afirma Heloise, ressaltando que a inserção do médico-veterinário no Nasf é um marco do reconhecimento do profissional como agente de promoção da saúde, muito mais amplo do que a visão sanitarista.

Primeira médica-veterinária a integrar uma equipe do Nasf, no estado de São Paulo, na cidade de Descalvado, em 2012, Eukira Enilde Monzani enfatiza o foco na promoção da saúde e prevenção de doenças. "Nossa atuação inclui visitas domiciliares, orientações individuais, participação em grupos já existentes nas unidades, como o grupo de 'Famílias Grávidas', participação em reuniões de equipe, palestras em empresas sobre problemas relacionados ao meio ambiente, vetores, doenças transmitidas por alimentos e água, assim como ações de educação em saúde nas escolas."

A despeito da inquestionável importância da partipação do médico-veterinário no Nasf, ainda há uma certa resistência. Heloíse ressalta que esse questionamento não existe apenas na população em geral, mas também é levantado por outros profissionais da área da saúde, que não compreendem o quão amplo é seu campo de atuação. "A ideia de que o médico-veterinário cuida da saúde apenas do cão, gato, vaca ou cavalo ainda é a predominante. Essa visão acaba dificultando muito o nosso trabalho na saúde pública. Cabe a nós mudarmos essa visão errônea e sermos disseminadores de informação."

Pandemias e meio ambiente

A Medicina Veterinária do Coletivo está diretamente relacionada com a educação ambiental, daí a importância dos grupos de estudos envolvendo estudantes da saúde, protetores e profissionais de diversas áreas buscando uma visão mais harmônica entre homem, ecologia, sustentabilidade e bem-estar animal.

"Não só a MVC tem foco nas questões ambientais, mas a nossa profissão tem o compromisso com a Saúde Única e, portanto, também com o meio ambiente. A importância da nossa atuaçao reside na construção de soluções para os diversos problemas decorrentes do leque de abrangência da MVC, a partir dos diferentes conhecimentos dos profissionais integrantes das equipes multiprofissionais, inclusive com possibilidade de estabelecer melhores estratégias de políticas públicas", afirma Elma Polegato.

Patrícia Pozzetti enfatiza que, os dados disponilizados pela OIE, referem que 60% dos patógenos que causam doenças em seres humanos tem origem em animais domésticos e selvagens e 75% das doenças emergentes em humanos também tem a sua origem em animais. Em relação à segurança alimentar, estudos de projeções dizem que 70% a mais de proteína animal será necessária para alimentar a população humana mundial até 2050, enquanto isso, 20% das perdas na produção animal são causadas por doenças dos animais.

"Os médicos-veterinários têm papel primordial na prevenção de novas pandemias. Por isso, é crucial que entendamos as conexões entre a biodiversidade, ecossistemas e doenças infecciosas, pois mais de 70% da população mundial, que vive com menos de dois dólares por dia, depende da produção de subsistência e da criação animal em pequenas propriedades para sobreviver", enfatiza Patrícia.

Adriana Vieira destaca que diretrizes seguras e apropriadas para o cuidado dos animais no setor

agrícola ajudam a reduzir o potencial de surtos de doenças zoonóticas transmitidas por alimentos como carne, ovos, laticínios ou mesmo alguns vegetais. Especial atenção também deve ser dirigida para a adoção de medidas de proteção das águas superficiais no ambiente natural, campanhas educativas para promover a relação saudável entre animais e pessoas, além de outras orientações adequadas às questões culturais e comportamentais necessárias para impedir a disseminação de doenças zoonóticas na comunidade.

Gestão de resíduos

Outro aspecto a se destacar é a questão dos resíduos da produção animal e dos serviços médico-veterinários, que se não tiverem uma gestão adequada, geram forte impacto ao meio ambiente. Elma Polegato ressalta que, ainda há muito a avançar nesta questão do ponto de vista da área animal. Devido à complexidade e importância do tema, o Sistema CFMV/CRMVs tem trabalhado no sentido de instrumentalizar os profissionais da Medicina Veterinária e da Zootecnia com material que os auxilie para o atendimento da Legislação Sanitária e Ambiental, exercendo atividades voltadas para a preservação da saúde humana, animal e ambiental.

" No CRMV-SP nós temos trabalhado tanto na Comissão de Saúde Ambiental como no Grupo de Trabalho sobre destinação de resíduos da Agropecuária para melhor orientar sobre a gestão de resíduos gerados nas atividades profissionais, entretanto, em vários municípios, os colegas não fazem o manejo adequado, o que gera problemas diversos, além do impacto ambiental e sanitário associado", afirma Elma Polegato.

Dentre os diversos elementos ligados à gestão de resíduos relacionados a atuação do médico-veterinário o uso técnico e racional de antibióticosa ocupa uma posição de destaque pois, "além de assegurar o correto uso de antimicrobianos nos animais, de forma a prevenir o aparecimento de bactérias resistentes, o médico-veterinário também é o responsável pela orientação e supervisão da disposição adequada das embalagens e recipientes de tais produtos que após o uso passam a ser importantes fontes de contaminação ambiental", enfatiza Patrícia Pozzetti.

Heloise Polato destaca que a quantidade de lixo produzida pelos profissionais da saúde é, muitas vezes, extremamente nociva ao meio-ambiente. "O Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde Animal (PGRSSA) é primordial para qualquer estabelecimento veterinário, de forma a diminuir o risco de contaminação entre as pessoas, os animais e o meio ambiente. Essa é uma responsabilidade socioambiental e sanitária do médico-veterinário cujo não cumprimento gera sanções legais e éticas", afirma Heloise.

Conforme apontam o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e o Instituto Internacional de Pesquisa Pecuária (ILRI), recomenda-se aos gestores públicos:

- incentivar pesquisas científicas, considerando as condições sociais, econômicas e ecológicas das doenças emergentes, incluindo zoonoses, para avaliar riscos e desenvolver intervenções na interface ambiente, saúde animal e saúde humana;
- incentivar práticas de gestão sustentável da terra e desenvolver alternativas para garantir a segurança alimentar e meios de subsistência que não dependam da destruição dos habitats e da biodiversidade;
- garantir que os impactos sociais gerados pelas doenças estejam vinculados ao cálculo dos custos financeiros totais das medidas de prevenção;
- implementar a saúde animal (incluindo a estruturação de serviços de saúde para as espécies silvestres);
- implementar a segurança alimentar (aperfeiçoar o monitoramento e a regulação dos sistemas alimentares com base em riscos, desde a criação animal até o consumo do alimento);
- desenvolver estratégias para esclarecimento de todos os níveis da sociedade sobre os riscos e prevenção de zoonoses e doenças emergentes, dentre outras ações.

Manejo populacional de cães e gatos (MPCG)

Ainda que seja considerado crime, previsto no artigo 32 da Lei n° 9.605/98, o abandono de animais no Brasil é frequente. Cães e gatos vivendo nas ruas das cidades de todo o País são uma dura realidade que determina inúmeros impactos na saúde pública e na fauna silvestre.

"O primeiro impacto é sobre os próprios animais que vivem abandonados nas ruas, negligenciados nos cuidados de alimentação, abrigo, com risco de atropelamento, à mercê das intempéries, dos maus-tratos, do envenenamento", enfatiza a médica-veterinária Vania de Fátima Plaza Nunes, diretora técnica do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, membro da diretoria da Associação Brasileira de Medicina Veterinaria Legal, e consultora técnica do Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC).

Em uma situação onde existe um descaso das autoridades públicas em relação à correta destinação de lixo e não há um esquema de saneamento adequado, vários problemas surgem, porque os animais, por falta de alimento, podem acessar o lixo depositado nas casas, empresas, comércios e em áreas onde há descarte irregular. "Nesse cenário, os animais correm risco de ingerir produtos em fase de decomposição e risco de que outros animais, como roedores, usem esses resíduos em sua alimentação e, a partir daí , tanto pessoas quanto animais podem adquirir, por exemplo, a leptospirose", explica Vania.

"No caso dos gatos, um ponto importante é que quando não há controle reprodutivo e de saúde, eles podem transmitir a esporotricose. Temos relatos de cidades, como Belo Horizonte e Rio de Janeiro, de áreas endêmicas ou epidêmicas da esporotricose, justamente pelo hábito reprodutivo do gato, que costuma morder um ao outro e, nessa hora, pode ocorrer a transmissão", afirma a consultora técnica do IMVC.

A médica-veterinária Rosangela Ribeiro Gebara, membro efetivo da Comissão Técnica de Bem-estar Animal do CRMV-SP e integrante do Instituto do IMVC, ressalta que apesar de conhecermos os inúmeros efeitos positivos que a convivência com cães e gatos proporciona à saúde e ao bem-estar humano, "infelizmente, quando vivem nas ruas em desarmonia, eles sofrem muito e podem trazer problemas para a comunidade, como transmitir doenças zoonóticas, provocar acidentes automobilísticos e causar impacto na vida silvestre quando adentram áreas de conservação."

Para Ana Liz Bastos, vice-coordenadora do IMVC, consultora em Manejo populacional de cães e gatos, é importante deixar claro que animais vivendo nas ruas são resultado da negligência humana na tutela desses animais parcial ou definitivamente. "Em geral, animais que já tiveram vínculo com um humano e, por diferentes motivos são abandonados à própria sorte, sofrem muito mais que aqueles que já nasceram nas ruas, pois têm maior dificuldade em buscar recursos vitais como água, abrigo, alimento e em se defenderem da violência, maus-tratos, atropelamentos, infestações parasitárias."

Loren D'Aprile, médica-veterinária integrativa, terapeuta holística e coach de saúde integral e embaixadora do IMVC, ressalta que, com o início da pandemia da Covid-19, o confinamento e o distanciamento social – essenciais para conter a disseminação do vírus – impactaram a vida dos animais em situação de rua, que ficaram desprovidos de acesso à água e comida e dos cuidados das poucas pessoas que assumem o papel do Estado e cuidam desses animais de forma pontual ou mesmo esporadicamente. "Além disso, por conta de informações enviesadas sobre a doença, muitos animais foram maltratados, abandonados e exterminados."

No que compete à saúde pública, os impactos estão relacionados:

- às zoonoses (raiva, esporotricose);
- aos agravos causados por mordeduras e arranhaduras;
- aos acidentes envolvendo animais (colisões, atropelamentos);
- a problemas de saúde mental decorrentes da intensa exposição ao sofrimento e a negligência a que os animais são submetidos, que podem resultar em depressão, comportamentos sociais desajustados, síndrome de estresse pós-traumático, burnout, fadiga por compaixão, transtorno de acumulação e até o suicídio;
- às pessoas em situação de acumulação, que na tentativa de cuidar do maior número de animais que conseguem, acabam, juntamente com os animais, em grande sofrimento, com condições de vida e de saúde precárias (lembrando que se não houvesse animais em situação de rua, maus-tratos e abandono, seria mais difícil ter a problemática de pessoas em situação de acumulação animal como ocorre atualmente);
- a estigmas negativos e depreciativos criados em torno de pessoas da sociedade civil, terceiro setor e outros órgãos e entidades de proteção e defesa animal, além de estigmas criados ao redor de áreas de atuação que prezam por cuidar desses animais, como, por exemplo, a área de Medicina Veterinária do Coletivo, ainda pouco conhecida, pouco reconhecida e que muitas vezes não tem suas ações respeitadas por colegas e profissionais de outras áreas.

Fonte: Loren D'Aprile

PIXABAY

PIXABAY

No que compete à fauna silvestre, os impactos estão relacionados:

- à predação aos animais silvestres por cães e gatos, o que pode acelerar o processo de extinção de determinadas espécies e que interfere diretamente no ciclo de vida de outras espécies;
- à transmissão de doenças, que pode ocorrer dos animais domésticos para os silvestres e dos silvestres para os domésticos, colocando em risco também a saúde humana, uma vez que há interação mais próxima dos animais domésticos com os seres humanos e que essas doenças podem ser de cunho zoonótico;
- à competição por recursos, como por exemplo água e comida, entre cães e gatos e os animais silvestres, o que deixa esses animais em desvantagem, uma vez que os animais domésticos possuem acesso mais fácil a esses recursos por conta da proximidade com o ser humano;
- à perturbação, que consiste na intimidação e perseguição dos animais silvestres por cães e gatos, podendo resultar em uma alteração na forma de vida, nos hábitos, comportamentos e até nos locais que esses animais tem como seu ambiente natural. Esse fenômeno gera efeitos negativos e problemas a esses animais;
- à reprodução que pode ocorrer entre espécies que são diferentes, chamada de hibridação, que tem como prejuízo principal a ameaça da integridade genética das espécies.

Fonte: Loren D'Aprile

Mudanças de abordagem

O Código Sanitário de Animais Terrestres, da OIE, modificou o capítulo 7, que se refere ao controle de populações de cães e gatos errantes, sendo que abordagem à esses animais deixou de ser para eliminação e passou a ser de manejo.

Patrícia Pozzetti refere que a mudança no código sanitários dos animais terrestres está relacionada a um longo trabalho de educação e comunicação em saúde, incluindo o bem-estar dos animais e das pessoas. "Atualmente, já se sabe que a eliminação de cães comunitários ou animais de rua, na verdade, favorece a ocorrência da raiva, uma vez que muitos animais eliminados estão vacinados contra a doença, fazendo com que diminua a imunidade de rebanho (70% de animais vacinados)."

Patrícia destaca ainda que a eliminação destes cães também favorece a renovação da população, uma vez que a oferta de alimentos aumenta, favorecendo a reprodução e, assim, animais vacinados são substituídos por animais jovens sem vacina, aumentando o risco de transmissão. "Portanto, o manejo da população associado à vacinação em massa de cães e gatos tem um efeito muito mais positivo no controle da raiva do que a sua simples eliminação", conclui Patrícia.

Estratégias de manejo

A implantação de uma estratégia efetiva no controle e manejo de população de animais de rua deve acontecer por meio do trabalho colaborativo entre setores da saúde animal, humana e do meio ambiente.

"Como não existe uma solução única para as causas dos desequilíbrios populacionais de cães e gatos, devemos levar em conta que as estratégias devem incluir medidas multifatoriais, como ações de promoção à saúde, medicina preventiva, controle reprodutivo com o emprego da castração definitiva, educação em guarda responsável, registro e identificação, regulamentos, promoção da adoção, controle do comércio, entre outras", explica Rosangela Gebara.

As políticas externas aos abrigos devem estar diretamente envolvidas com um programa eficaz de MPCG. Um único componente implementado no município, como um abrigo, sem outras políticas públicas e legislações relacionadas ao tema, não conseguirá uma abordagem efetiva, resultando na recorrência do problema.

"Dessa forma, políticas públicas permanentes voltadas à esterilização cirúrgica e ações de monitoramento das dinâmicas populacionais, vacinação dos animais, educação humanitária e tutela responsável, legislações desses temas voltadas à prevenção dos maus-tratos, a identificação e registro dos animais, o controle de acesso aos recursos são estratégias que devem estar associadas à implantação de abrigo no município", afirma Galdioli.

Estrutura de abrigos

Construir e administrar um abrigo, segundo o médico-veterinário Lucas Galdioli, membro do IMVC, além de ser caro e requerer muito planejamento e organização, pode gerar mais problemas do que soluções concretas. "Há uma série de cuidados ao introduzir os animais no abrigo, é necessário uma gestão adequada e a inserção das políticas internas com base na ciência da Medicina de abrigos, pensando desde a estrutura física, prover ventilação natural, controle de ruído e iluminação adequada, separação de áreas de acordo com o risco e fluxo de animais, registro dos animais e relatório mensal, plano de contingência de riscos e desastres e de gerenciamento de resíduos, programas de adoção e, principalmente, medidas preventivas como vacinação e vermifugação, limpeza e sanitização, quarentena e isolamento", elenca Galdioli.

Vania Nunes ressalta que, o ideal é que houvesse políticas públicas eficazes em todos os municípios, mas o Brasil ainda está muito atrasado nessa questão. "Somos um país onde a maioria das pessoas tem muita dificuldade sócio-econômica, mas tem os seus animais de estimação, então, os programas de controle reprodutivo, por exemplo, são muito importantes como iniciativa pública, mesmo que a gente trabalhe no princípio da equidade, devemos atender mais aos que tem menos", enfatiza Vania.

Diana Cuglovici Abrão, ressalta a falta de marcos regulatórios que definam os requisitos mínimos para que os abrigos sejam locais ideais, além disso, em diversos municípios brasileiros, há uma enorme falta de responsabilidade de tutores quanto à sanidade, castração dos animais e restrição do seu acesso às ruas. Os abrigos são apenas centros de recolhimento transitório de animais, deste modo, depois de terem recebido os cuidados necessários, se eles não forem adotados ou encaminhados a lares temporários, eles devem ser devolvidos ao local aonde foram recolhidos.

"Este tipo de manejo é mundialmente reconhecido e muito mais eficaz para o manejo populacional e Saúde Única e chama-se CEDV – captura, esterilização,vacinação e devolução. Devemos ter em mente que abrigar animais consiste em encontrar maneiras de ajudar mais animais e pessoas, e não criar novos problemas", enfatiza Diana.

OS 4RS DA MEDICINA DE ABRIGOS

- **R**ecolhimento seletivo;
- **R**eabilitação;
- **R**essocialização;
- **R**eintrodução na sociedade, por meio da adoção.

Abrigos inadequados

Um abrigo mal manejado, mal planejado e com superlotação pode trazer muitos problemas não só para os animais. "Abrigos superlotados acabam prejudicando não só os animais que ali sofrem, mas afetam também a saúde física e psicológica de seus funcionários, colaboradores e voluntários", afirma Rosangela Gebara.

Vania Nunes refere que um problema é não existir um critério de triagem dos cães e gatos recolhidos. De fato, devem ser implantadas políticas de entrada e saída desses animais e protocolos internos que incluam: vacinar, vermifugar, fazer o exame clínico, passar por um processo de quarentena, avaliar o aspecto comportamental para decidir sobre a sua possível inclusão no convívio com outros animais. "Além do risco aos animais, se não existe um bom protocolo

FREEPIK

de treinamento e capacitação dos funcionários, vamos ter risco para a saúde física e mental do trabalhador"

Quando a administração de um abrigo é inadequada, a sua função social não está sendo garantida. "É recorrente que muitos abrigos não consiguem suprir todas as necessidades dos animais, prejudicando a sua qualidade de vida e a chance de serem alocados em lares permanentes", afirma Galdioli.

Enriquecimento ambiental e bem-estar animal

O enriquecimento ambiental visa aumentar a complexidade do ambiente e fornecer estímulos para que os animais expressem comportamentos típicos da espécie por meio da inserção de itens animados e inanimados no ambiente de cativeiro. "Quando os animais têm boa saúde emocional, são capazes de cooperar melhor com o ambiente em que vivem, aprendem mais e se adaptam melhor à vida cotidiana. Há estudos que mostram que se a aparência do animal é importante no momento da escolha por um adotante, o comportamento é essencial para garantir a sua permanência neste lar", ressalta Diana Abrão.

Para garantir adequado grau de bem-estar dos animais, segundo Loren D'Aprile, o ideal é que eles não estivessem em um abrigo. Por melhor que sejam as condições, um animal nessa situação, em geral, não possui todos os cuidados que necessita. "É preciso trazer para a vida desses animais estímulos de forma positiva e, ao mesmo tempo, desafiadora, utilizados de maneira estruturada e bem estudada para cada espécie. "Todos os tipos de enriquecimento devem ser explorados – alimentar, sensorial, físico, cognitivo e social –, pois a sua adequada implementação gera benefícios à saúde e ao bem-estar dos animais."

O abrigo deve ter um profissional que entenda de enriquecimento ambiental para fazer uma avaliação, estabelecer programas e protocolos adequados para cada espécie, supervisionar e avaliar o comportamento dos animais. "Enriquecimento não é achar que disponibiizar brinquedos e caixas de papelão é o suficiente. Passeio é um excelente enriquecimento ambiental para cães, mas deve ser planejado e, no caso dos gatos, a situação é mais delicada porque, muitas vezes, dois num mesmo ambiente já pode ser uma multidão. É preciso promover o bem-estar dos animais para então o enriquecimento ser um fator favorável", enfatiza Vania Nunes.

Medicina Veterinária Legal

Na Medicina Veterinária do Coletivo, a Medicina Veterinária Legal (MVL) tem o papel crucial de assegurar a todas as espécies não-humanas o reconhecimento de sua senciência e o direito à dignidade, visando a sua proteção, bem-estar, qualidade de vida e preservação.

"A MVL tem o objetivo de assegurar a qualidade de vida e preservação das espécies vertebradas. Com a perícia médica-veterinária, importante intrumento para a identificação de lesões físicas e psicológicas nos animais, asseguramos a condição de bem estar dos envolvidos", enfatiza a perita veterinária Mara Rita Rodrigues Massad, presidente da Comissão de Medicina Veterinária Legal do Conselho de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) e integrante da Comissão de Medicina Veterinária Legal do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV).

Mesmo depois do Senado Federal ter aprovado a Lei que reconhece os animais como seres sencientes, capazes de sentir e vivenciar sentimentos como alegria, dor, angústia, raiva e solidão, o trabalho dos peritos médicos-veterinários ainda encontra resistência, "principalmente dos indivíduos que acumulam animais. A conscientização destas pessoas que acreditam estar promovendo bem-estar aos animais, muitas vezes, precisa ser revista e o perito médico-veterinário exerce um papel muito importante, mostrando as consequências de um manejo inadequado", ressalta Mara.

Acumulação de animais

Um problema multifatorial, a acumulação de animais tem grande impacto na saúde pública e pode colocar em risco os três pilares que constituem a Saúde Única. "O maior comprometimento nestes três pilares é promover a educação ambiental em todos os níveis, trabalhar esta questão desde a fase escolar até a fase adulta, esclarecendo a importância do equilíbrio entre todas as espécies", explica a presidente da Comissão de Medicina Veterinária Legal do CRMV-SP.

Mara Massad destaca que o médico-veterinário tem um papel fundamental na questão do acúmulo, pois é de competência exclusiva do profissional diagnosticar a saúde dos animais envolvidos e as consequências provocadas pelo excesso de cães e gatos em um ambiente. Ressalta ainda que em casos de acumulação de animais, as condições precárias do ambiente e da saúde dos animais facilitam a transmissão de zoonoses. Para lidar com esse cenário, "a atuação deve ser sempre multiprofissional, para garantir um resultado que apresente alternativas para o acumulador sempre preservando a saúde de todos."

Os animais mantidos por acumuladores também poderão ser resgatados e reabilitados para posterior adoção. "Um trabalho em conjunto com outros profissionais da área da saúde pode orientar o acumulador para melhorar o manejo e encontrar equilíbrio compatível com a saúde dos envolvidos. Mas para que isso aconteça a equipe multiprofissional é fundamental na abordagem de todos os aspectos que levaram o indivíduo a acumular animais", alerta Mara.

Parcerias e pioneirismo

A parceria histórica firmada entre o CRMV-SP e o Instituto de Criminalística (IC) com o intuito de aprimorar a investigação dos crimes contra animais é um grande passo. "Já temos médicos-veterinários atuando no IC realizando perícias médico-veterinárias e existe um movimento no Instituto de aprimorar este trabalho tão fundamental para a sociedade", ressalta Mara.

Outra conquista foi a criação do pioneiro Ambulatório de Corpo de Delito de Medicina Veterinária Legal, implantado na Unesp-Botucatu, para a qualidade das perícias, em especial em exames realizados em animais vivos. "O Ambulatório em Botucatu foi o primeiro passo para a divulgação de mais uma atividade em que o médico-veterinário pode atuar. Além de contribuir para o ensino da graduação ele também desempenha um papel fundamental para a comunidade local. Com certeza a qualidade da perícia melhora ainda mais quando é realizada em um centro universitário de excelência."

Teoria do elo

Por negligência ou crueldade, os casos de maus-tratos aos animais fazem parte da realidade brasileira, mas, geralmente, as pessoas não os associam a outras formas de violência. A Teoria do Elo mostra que a ocorrência de maus-tratos aos animais é sinal de problemas no ambiente familiar. Nesses casos, a atuação do médico-veterinário é crucial, mas para quebrar esse elo, "só com a atuação conjunta de educadores, psicólogos, médicos, enfermeiros e médicos-veterinários, que identifiquem as causas da violência e proponham soluções", afirma Mara Massad.

A médica-veterinária Laiza Bonela Gomes, presidente da Comissão Nacional de Desastres em Massa envolvendo Animais, do Conselho Federal de Medicina Veterinária do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) é enfática ao dizer que o médico-veterinário é um ator essencial no processo de quebra dos ciclos de violência por sua capacidade de promover sensibilização do tema e atuar fomentando uma rede entre todas esferas competentes, permitindo diálogo entre órgãos e setores responsáveis.

"Essa rede de diálogo é importante, pois para a quebra dos ciclos de violência a atuação intersetorial conjunta é fundamental pois a detecção precoce da suspeição de alguma forma de violência, possibilita o seu encaminhamento aos órgãos competentes e, se necessário, a realização de programas que visem reestruturar a sensibilidade dos autores da violência, bem como das próprias vítimas", conclui Laiza. ■

MÉDICOS-VETERINÁRIOS CONSCIENTES E CAPACITADOS SÃO DECISIVOS NA CONSTRUÇÃO DE NOSSA SOCIEDADE

ACERVO PESSOAL/MÁRIO RAMOS DE PAULA E SILVA

Mário Ramos de Paula e Silva, diretor do Departamento de Saúde Coletiva da Secretaria Municipal de Saúde de Bauru (SP) e membro da Comissão Técnica de Saúde Pública Veterinária do CRMV-SP

A Medicina Veterinária do Coletivo aborda principalmente questões referentes às interações humano, animal e meio ambiente, e a promoção de relações harmônicas entre todos. Trata-se de uma ciência que vem sendo amplamente valorizada nos dias atuais e tem como princípios e conceitos a Saúde Coletiva, a Medicina Veterinária de Abrigos, a Medicina Veterinária Legal e a Medicina Veterinária de Desastres.

Para termos uma noção da importância em Saúde Pública Veterinária, atualmente, 60% das doenças infecciosas humanas existentes são zoonóticas, 75% das doenças infecciosas emergentes dos seres humanos têm origem animal, três em cada cinco novas doenças que surgem anualmente são de origem animal, 80% dos agentes com potencial uso em bioterrorismo são patógenos zoonóticos.

Na verdade, é notório que não podemos mais dissociar a saúde animal, humana e ambiental para discutirmos saúde pública de modo geral. Destacamos de fundamental importância, o papel do médico-veterinário na medicina populacional de cães e gatos, que também envolve saúde pública, medicina de abrigos e veterinária forense.

Abrigos de excelência, sejam públicos, privados ou do terceiro setor, estão intimamente relacionados a uma medicina populacional de cães e gatos estruturada, fortalecida e bem sucedida. A Medicina Veterinária de Abrigos necessita de constantes atualizações em boas práticas higiênicas, sanitárias, etologia e bem-estar animal, além, é claro, da implementação do conceito dos 4 R´s (recolhimento seletivo, reabilitação, ressocialização e reintrodução dos animais à sociedade).

Quanto à Medicina Veterinária Legal, a interação negativa homem-animal tem levado a crescentes demandas diárias de maus-tratos aos animais. Neste contexto, seguindo a Teoria do Elo e vulnerabilidade, verificamos consequente aumento dos casos de violência doméstica, especialmente aos idosos, crianças e mulheres, mais ainda neste momento pandêmico pelo qual passamos.

Saúde Única pode ser definida como uma abordagem interdisciplinar e multisetorial – em nível local, regional, nacional e global – com o objetivo de promover a saúde dos seres humanos, animais e meio ambiente, de uma forma interligada e contínua.

O conceito de risco e prevenção e promoção são inerentes à formação de um bom profissional médico-veterinário e cada vez mais necessita de colegas bem capacitados no serviço público, destacando assim a ululante importância de Faculdades de Medicina Veterinária, integradas na realidade social e com alto padrão técnico e científico.

Os desafios das iniquidades sócio-político-econômicas que se apresentam atualmente geram alto grau de vulnerabilidade, não só no Brasil como no mundo, e demandas no mercado de trabalho do médico-veterinário, especializado em saúde publica, condizem diretamente com todos os objetivos de desenvolvimento de uma sociedade sustentável, detalhados pela Organização Mundial de Saúde.

Com todos os esforços internacionais para a efetivação da Saúde Única no Brasil, ainda há muito que se investir na mudança de paradigma, de forma a se trabalhar efetivamente na interface animal-humano-ecossistema; a integração entre os órgãos de saúde, agricultura e meio ambiente, dentre outros, é urgente e indispensável.

A participação de médicos-veterinários conscientes e capacitados, especialmente nas decisões sócio-políticas-econômicas serão decisivas na construção de reais avanços em nossa sociedade, bem como no enfrentamento dos problemas das interações humano-animal e ambiente sob o olhar dos interesses da coletividade e dos animais. ■

PEXELS

CRMV-SP ADEQUA SUA POLÍTICA DE PRIVACIDADE EM ATENÇÃO À LGPD

Para os profissionais continuarem a receber e-mails, comunicados, campanhas, informativos e pesquisas, foi disponibilizado um termo de consentimento on-line

Atento às diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em vigor desde 1º de agosto do ano em curso, o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) vem traçando maneiras de dialogar sobre a utilização de informações pessoais dos profissionais registrados.

O primeiro passo foi a atualização de sua Política de Privacidade e a elaboração de um termo de consentimento, ambos disponíveis digitalmente, para garantir a proteção dos dados dos médicos-veterinários e zootecnistas.

A Lei nº 13.709/2018 tem como objetivo criar um cenário de segurança jurídica e determinar como as empresas devem tratar os dados dos brasileiros. Ela estabelece parâmetros para a coleta, armazenamento, processamento e compartilhamento de informações.

Com a nova legislação em vigor, o envio do Boletim On-line do CRMV-SP, newsletter semanal da autarquia, assim como de e-mails marketing referentes a divulgações de campanhas e eventos voltados para as classes, foi temporariamente suspenso. Contudo o envio do Boletim On-line foi retomado em setembro apenas para os profissionais que responderam afirmativamente ao termo de consentimento.

O envio por correspondência do Informativo trimestral também está suspenso. A última edição enviada é a de número 83, com encarte sobre a LGPD e QR Code para acesso ao documento.

O Regional está trabalhando para a construção coletiva de ações e medidas de monitoramento, adequação de sistema e formulários, assim como indicará, em breve, seu encarregado de dados na página sobre LGPD que está disponível no menu Institucional da Plataforma. "Estamos atentos e adequando todos os processos do Conselho às exigências da Lei, assim como às orientações e normativas do Conselho Federal", ressalta o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero.

Sistema alinhado

No dia 6 de agosto, o Regional participou de um workshop realizado pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), em que foi apresentada a Resolução nº 1.402, que estabelece as diretrizes gerais de privacidade e proteção de dados pessoais no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs.

Também foram apresentadas estratégias para a implantação da Lei com segurança, destacando pontos de atenção e a necessidade de atualização de resoluções e contratos do Sistema.

"A LGPD veio para organizar e inaugurar uma nova cultura de privacidade e proteção de dados em todo Sistema. Temos que garantir aos profissionais inscritos que as suas informações estão seguras. Não podemos errar", realça Francisco Cavalcanti de Almeida, presidente do CFMV. ■

ACERVO CRMV-SP

MEDICINA VETERINÁRIA DE DESASTRES EXIGE ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL E MULTISETORIAL

Para atuar na área, médico-veterinário precisa ter sensibilidade, compromisso social, preparo físico, psicológico e, acima de tudo, capacidade técnica e ética

O intenso e desafiador trabalho de cães utilizados na busca por vítimas do ataque às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, nos EUA, determinou um impulso mundial da Medicina Veterinária de Desastres. No Brasil, a área é relativamente nova, mas está em ascensão devido aos diversos desastres ambientais acontecidos nos últimos anos, como nas cidades de Mariana e Brumadinho (MG) e, recentemente, o incêndio no Parque Estadual do Juquery (SP). Mas como será que se dá o trabalho do médico-veterinário em situações limite como essas?

Para Leonardo Maggio de Castro, presidente da Comissão de Resgate Técnico Animal e Medicina Veterinária de Desastres, do CRMV-SP, em primeiro lugar, é imprescindível entender que o médico-veterinário, dentro de uma situação de desastre, estará sempre subordinado a um comando que gerencia aquele incidente.

"Uma vez acolhido pelo comando do incidente, o médico-veterinário ficará responsável por coordenar e assistir os animais envolvidos no desastre e, em conjunto com as autoridades, fazer um diagnóstico da região afetada. A partir desse levantamento, são mobilizados os recursos efetivos como materiais, medicamentos e esforços técnicos de profissionais devidamente capacitados a trabalhar com as espécies animais envolvidas", afirma Castro.

A segunda etapa é ir a campo, na zona do incidente, denominada de "zona quente", acompanhado das autoridades, fazer um levantamento dos impactos que o evento provocou nos animais. "O levantamento pode ser feito por estimativa visual e também por relatos de moradores locais ou de profissionais que já atuaram em um primeiro momento, com base nisso são estimados os impactos da situação. Eventualmente serão realizadas observações diretas de cadáveres de animais ou de animais feridos e, a partir daí, é traçada a estratégia em conjunto, sempre de maneira muito dinâmica", enfatiza Castro.

O próximo passo é o estabelecimento de um comando veterinário, que deverá absorver todas as demandas envolvendo animais, dentro do local do incidente, porém em uma zona segura, a chamada "zona fria".

ACERVO CRMV-SP

Geralmente, o posto é criado junto ao comando do Corpo de Bombeiros, que é quem gerencia o incidente, para facilitar a logística, bem como a discussão de assuntos e desdobramentos das atividades.

"As demandas do comando veterinário incluem a reunião das equipes, a armazenagem de materiais e medicamentos e a criação de um posto avançado médico-veterinário para tratamento de animais feridos, que passarão por um tratamento emergencial para que sejam estabilizados ainda na zona do incidente, de maneira rápida e efetiva, e, uma vez estáveis, serão encaminhados a quem de direito para continuidade do tratamento", enfatiza o presidente da Comissão de Resgate Técnico Animal e Medicina Veterinária de Desastres do CRMV-SP.

A médica-veterinária Laiza Bonela Gomes, presidente da Comissão Nacional de Desastres em Massa envolvendo Animais, do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), ressalta que após acontecer um desastre em massa, o médico-veterinário pode e deve atuar naqueles que envolvam animais tanto no momento imediato em que ocorre o evento, como durante a etapa de recuperação.

"Nessa fase de resposta é fundamental que os profissionais atuem segundo as diretrizes dos planos de resposta e/ou contingência que tem como objetivo estratégias que possam mitigar os impactos e reduzir os danos", afirma Laiza.

Atuação conjunta

Recentemente, o Parque Estadual do Juquery enfrentou mais de 40 horas de incêndio, que consumiu quase 80% de seu território e o CRMV-SP marcou presença, atuando ao lado de bombeiros, voluntários e demais profissionais envolvidos no incidente.

ACERVO PESSOAL/LAIZA GOMES

Principais atuações do médico-veterinário nos desastres:

- gestão e logística;
- resgate, evacuação, transporte, triagem (atendimento clínico);
- alojamento, manejo de abrigos (protocolos sanitário e de bem-estar animal);
- epidemiologia e saúde pública veterinária (controlar a população de vetores e reservatórios de zoonoses, que, após um desastre, podem ameaçar a saúde única);
- perícia e investigação: avaliar risco que caracteriza danos aos animais e ao ambiente, por meio de amostras e evidências, para determinar, de maneira técnica e transparente, o impacto disso a curto, médio e longo prazo e propor mitigação de efeitos do evento;
- assistência aos cães farejadores.

Fonte: Ana Liz Bastos

FLICKR

Laiza Bonela Gomes destaca que como os cenários de desastres são complexos e desafiadores, eles demandam uma atuação multiprofissional e multisetorial. A integração entre os diversos profissionais e órgãos é necessária para que os impactos sejam adequadamente reduzidos, as vítimas sejam salvas e as ações sejam executadas de forma correta. "Os médicos-veterinários são profissionais necessários nestes contextos, por serem responsáveis por zelar e promover a Saúde Única."

Castro reitera que o profissional da Medicina Veterinária deve estar alinhado a todos os outros envolvidos na resposta daquele desastre. "O médico-veterinário não pode agir de maneira autônoma, somente bem intencionado, precisa estar extremamente capacitado, preparado e, acima de tudo, autorizado pelo comando de incidente a entrar na zona afetada pelo desastre e fazer o trabalho de assistência aos animais. Estar alinhado ao comando geral do incidente faz com que a engrenagem de resposta ao desastre rode de maneira sincronizada, ordenada e efetiva nas diversas áreas. Portanto, esse alinhamento é imprescindível, mas acredito que isso ainda não foi conscientizado pelo médico-veterinário e essa cultura deve ser criada."

Ana Liz Bastos, vice-coordenadora do Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo e consultora em Manejo populacional de cães e gatos, salienta que a presença do médico-veterinário nos resgates é fundamental, pois nas situações em que os animais não são considerados no manejo do resgate, o comportamento humano se altera e isso pode gerar recusa da população a sair de sua casa e ir para abrigos temporários se não for garantido o resgate seguro, a assistência, a alimentação e dessedentação para os seus animais de companhia e/ou de produção.

Atributos para atuar em desastres

Além da graduação, o médico-veterinário precisa, especificamente, de alguns atributos para atuar em situações de desastres ambientais, sejam naturais ou causados pela ação humana.

Laiza Gomes considera que primeiramente, é necessário treinamento técnico e capacitação para atuação específica em cenários de desastres. Embora na formação de graduação seja oferecida toda a base teórica e técnica para assistencializar, salvar e reabilitar animais, os cenários de desastres contemplam elementos

desafiadores e complexos, que demandam que um treinamento específico para que a atuação seja exitosa.

"Um segundo ponto importante é a necessidade dos profissionais gerenciarem as suas emoções e pessoas e de terem preparo adequado físico e emocional para lidar de maneira correta com as intercorrências que, naturalmente, acontecem em tais situações", explica Laiza.

Ana Liz Bastos ressalta que, é preciso considerar a essência da profissão, que é o cuidado primário com o animal, a cura para suas enfermidades e a minimização de sofrimentos, usando os conhecimentos médico-veterinários como meio de proteger o bem-estar animal e fornecer os cuidados adequados a cada um dos pacientes.

" A realização de ações extensionistas com as pessoas é essencial para acolher, ensinar, cuidar e preservar o ambiente que elas estão inseridas. É importante definir qual é o perfil que o médico-veterinário precisa ter para trabalhar nessas situações adversas. Antes de mais nada, o profissional precisa ser vocacionado, pois para atuar nessa área, é preciso ter compaixão, sensibilidade, compromisso social, além do preparo físico, psicológico e, acima de tudo, capacidade técnica e ética", ressalta Ana Liz.

Leonardo Maggio de Castro destaca também que o médico-veterinário deve procurar entender a situação das pessoas envolvidas e, muitas vezes, argumentar fraternalmente com elas para lhes mostrar que o melhor caminho não é a recusa de sair, mas buscar um local mais seguro, ter a assistência adequada para o seu animal, de modo a amenizar o impacto emocional que sofreu e ter a oportunidade de recomeçar.

Direito a participação oficial

O campo de atuação dos médicos-veterinários ainda é muito limitado em cenários de desastres. Mesmo nos planos de contingência, seja de prefeituras ou de empresas, quando existem, apesar dos animais estarem incluídos, não há previsão da participação de profissionais da Medicina Veterinária.

O ideal, de acordo com o presidente da Comissão de Resgate Técnico Animal e Medicina Veterinária de Desastres do CRMV-SP, é que sejam criadas políticas públicas e, a partir delas, idealizadas as estratégias para inserir oficialmente o serviço veterinário na resposta a esses incidentes, junto a todas as outras autoridades que, naturalmente, são acionadas para essas respostas.

"É necessário o estabelecimento de um alinhamento entre os conselhos de Medicina Veterinaria regionais e o federal, junto com órgãos municipais, estaduais e federais, responsáveis pelo meio ambiente ou que envolvam direta e indiretamente os animais e as atividades fins da Medicina Veterinária, para atuarem em parceria e que a participação do médico-veterinário seja oficializada", ressalta Castro.

Ana Liz Bastos comenta que desde a tragédia na região serrana no estado do Rio de Janeiro, em 2011, estão surgindo grupos voluntários de resgates de animais em situações de tragédia, compostos por médicos-veterinários, auxiliares e protetores, que atuam, em sua maioria, ainda de maneira informal.

"O Serviço Veterinário Oficial do Brasil (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa) deveria ser o principal responsável e estar preparado para combater as emergências, dispondo de programas de contingência para combater as situações de catástrofes, salvaguardando a saúde animal e, sobretudo, prevenindo as enfermidades que podem ter implicações para a saúde pública", enfatiza Ana Liz.

A vice-coordenadora do IMVC destaca que diante do cenário de perigo iminente de rompimento de várias barragens de rejeitos de mineração, o Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais (CRMV-MG) está fazendo a sensibilização e articulação com órgãos oficiais para que os médicos-veterinários possam ser aceitos no rol de profissionais que atuam nessa área.

Reconhecimento

A criação da Comissão de Resgate Técnico Animal e Medicina Veterinária de Desastres do CRMV-SP é um passo importante para o reconhecimento do trabalho dos profissionais que atuam na área.

"A criação da comissão é de suma importância para que haja uma aproximação entre as instituições oficiais que respondem a esses desastres aqui no estado de São Paulo. A partir desse movimento, acredito que conseguiremos caminhar rumo à construção de políticas públicas para que, de maneira oficial, São Paulo tenha representantes para gerir e responder a parte veterinária nesses incidentes", enfatiza Castro, ressaltando que o papel da comissão é o de apoiar a colaboração para que a atividade médico-veterinária em incidentes que venham a ocorrer no Estado seja realizada dentro dos preceitos éticos da categoria.

A presidente da Comissão Nacional de Desastres em Massa Envolvendo Animais do CFMV, destaca a importância da criação de comissões nos estados para o estudo dos cenários de risco e dos desastres em potencial em cada localidade, para a promoção de capacitações e diálogos sobre o tema e, sobretudo, o delineamento da atuação a ser adotada quando ocorrerem desastres.

"Comissões bem estruturadas propiciam uma atuação antecipada e efetiva nos desastres, gerando um maior êxito na assistência aos animais vitimados e encaminhamentos dos mesmos. Estes resultados demonstrariam a importância deste profissional e o quão imprescindível é seu trabalho diante de cenários tão complexos", conclui Laiza. ■

ACERVO CRMV-SP

MÉDICOS-VETERINÁRIOS E ZOOTECNISTAS PRESTAM ASSISTÊNCIA A ANIMAIS NO PARQUE DO JUQUERY

Comissão de Resgate Técnico Animal do CRMV-SP participou ativamente da organização dos trabalhos

Em agosto, o Parque Estadual do Juquery, que concentra o último fragmento de cerrado da região Metropolitana de São Paulo, enfrentou mais de 40 horas de um incêndio que consumiu quase 80% de um território de dois mil hectares. A Comissão de Resgate Técnico Animal e Medicina Veterinária de Desastres do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) atuou auxiliando na organização das atividades de 23 profissionais voluntários, entre médicos-veterinários, zootecnistas, biólogos e auxiliares.

"A primeira medida foi buscarmos o comando de operações dos Bombeiros e implantarmos um fluxograma para as atividades veterinárias de resgate e assistência, por meio de um sistema de comando de incidente", afirmou o presidente da Comissão de Resgate Técnico do CRMV-SP, Leonardo Maggio de Castro.

ACERVO CRMV-SP

ACERVO CRMV-SP

O médico-veterinário e tenente aposentado dos Bombeiros, Cláudio Zago Junior relatou que os voluntários foram divididos entre operacional; logística; administração; e posto médico avançado. "Os animais são triados pela escala de Manchester, utilizada também em hospitais humanos, e atendidos. Sendo necessária alguma intervenção ou cuidado intensivo, são destinados ao Centro de Referência de Assistência Social (Cras) ou a clínicas veterinárias regulares previamente catalogadas", destaca.

Conhecimento necessário

Entre os voluntários no centro de comando veterinário formado para atender a ocorrência estão profissionais experientes como o médico-veterinário Alexandre Akagi e o auxiliar de médico-veterinário Dario Márcio, ambos da Brigada de Fauna do Instituto Veterinário de Guarulhos, que já atuaram em desastres como os de Brumadinho, de Mariana e do Pantanal.

"Para atuar como brigadista, precisamos de conhecimentos sobre fauna, incêndio, resgate técnico, direção dos ventos, sobrevivência na selva e geolocalização. Precisamos de mais médicos-veterinários preparados, assim como políticas públicas que garantam a exigência de brigadas de fauna em locais como esse", ressalta Akagi.

Balanço da ação

Durante a ação, os médicos-veterinários prestaram assistência a oito calangos, três tatuís, seis serpentes, três ouriços cacheiros, um anfíbio, dois ratos do mato e a duas colmeias, sendo uma de marimbondo-chapéu. Apesar do empenho dos profissionais, apenas 11 animais sobreviveram (dois ouriços, cinco calangos, dois tatuís, uma serpente e um anfíbio).

Alguns animais continuaram em observação no posto de comando veterinário. "Todos os animais estão bem e serão encaminhados para os órgãos competentes para destinação de soltura, seja no parque ou em outro local apropriado", afirma Maggio de Castro.

O presidente da Comissão de Resgate Técnico Animal e Medicina Veterinária de Desastres destacou ainda que "as evidências do monitoramento de fauna e das atividades em campo mostram que a maior parte dos animais fugiu pelos corredores naturais existentes. As câmeras serão recolhidas, os dados serão interpretados e tabulados e um relatório encaminhado às autoridades".

As carcaças dos animais mortos encontradas foram encaminhadas ao Zoológico de Guarulhos para perícia médica-veterinária, necropsia e laudo. ■

BANCO DE SÊMEN DE ONÇAS-PINTADAS É PIONEIRO NO MUNDO

Fundado por pesquisadores brasileiros, o Instituto Reprocon trabalha pela conservação das espécies

No momento em que a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o período de 2021 a 2030 como a Década da Restauração de Ecossistemas e conservação da biodiversidade, a criação de um banco genético de onças-pintadas por um grupo de pesquisadores brasileiros passa a ter maior relevância.

Fundado em 2017, o Instituto Reprocon - *Reproduction 4 Conservation* tem o objetivo de desenvolver biotecnologias reprodutivas para animais selvagens e formar um biobanco com células reprodutivas para a conservação de várias espécies de animais, com especial destaque para a onça-pintada.

A médica-veterinária Cristiane Schilbach Pizzutto, pesquisadora do Reprocon e presidente da Comissão Técnica de Bem-estar Animal do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), destaca que o foco do biobanco é a conservação das espécies ameaçadas de extinção ou que tenham alguma vulnerabilidade em relação à extinção. "Nosso trabalho é direcionado em grande parte a animais da fauna brasileira, contribuindo para o aumento populacional desses animais, evitando que entrem em extinção, mas a onça-pintada realmente é o nosso carro-chefe."

Doutora em Reprodução Animal pela Universidade de São Paulo (USP), professora de cursos de graduação e orientadora no Programa de pós-graduação em Reprodução Animal da USP e membro do Comitê da Conferência Internacional de Enriquecimento Ambiental, Cristiane Pizzutto ressalta que o biobanco não armaneza material genético apenas de animais em vida livre (*in situ*), mas também daqueles mantidos sob cuidados humanos, fora de seu habitat natural (*ex situ*).

O médico-veterinário Pedro Nacib Jorge Neto, pesquisador do Reprocon e diretor técnico-comercial da IMV *Technologies*, relata que as ações do Instituto acontecem de forma pontual em ambiente *ex situ* por meio de parceria com os Institutos Onça-pintada e *Nex - No Extinction*.

SABRINA MARTINS-NEX - NO EXTINCTION

"As ações são previamente planejadas, visando o maior aproveitamento dos trabalhos, realizados com o máximo de agilidade e segurança, e o bem-estar dos animais. As ações *in situ* são realizadas em média a cada dois meses, na região do Passo do Lontra, Corumbá (MS), e visam monitorar os exemplares da área para estudo de interação e colheita de material para o biobanco", afirma Jorge Neto, que faz doutorado em reprodução animal na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ/USP) e especialização em gestão de projetos pela Fundação Instituto de Administração (FIA).

Captura exige planejamento

No caso do animal de vida livre, Cristiane ressalta que as capturas devem ser programadas, pois é preciso autorização dos órgãos governamentais e, quando o projeto está vinculado à universidade, é preciso também autorização das comissões de ética. "A captura da onça acontece várias vezes ao longo do ano. São colocadas armadilhas calculadas e projetadas especialmente para a onça-pintada, que não machucam e são focadas no bem-estar do animal. Quando a onça cai na armadilha, a equipe é acionada, prepara um dardo anestésico para sedar o animal e, então, com todos os protocolos previamente delineados, dá prosseguimento à colheita de sêmen e de sangue."

Pizzuto, destaca que no caso das fêmeas de onças-pintadas não são realizadas colheitas de material a campo, mas elas, geralmente, são trabalhadas quando estão *ex situ*, por exemplo, em zoológicos. "Nossos trabalhos são desenvolvidos apenas com machos *in situ*."

SABRINA MARTINS-NEX - NO EXTINCTION

Aprimoramento e descobertas

No caso da onça-pintada, os pesquisadores do Instituto Reprocon desenvolveram a técnica de colheita farmacológica de sêmen por cateterização uretral, sem a utilização de eletroejaculador, trazendo menor desconforto e aumentando o bem-estar do animal. "Aprimoramos protocolos anestésicos que permitem trabalho rápido, seguro e com a anestesia revertida ao término do procedimento. Nossa equipe é a que mais anestesiou onças-pintadas no mundo, com mais de 400 procedimentos anestésicos", enfatiza Pedro Nacib Jorge Neto ressaltando ainda que a descoberta de que a onça-pintada pode ovular por estímulos sensoriais e não apenas com o estímulo mecânico da cópula, foi um divisor de águas para melhorar a eficiência dos protocolos de estimulação ovariana na espécie.

"Na reprodução, em animais de vida livre, temos utilizado aparelhos inéditos no mundo, como o mais moderno equipamento de avaliação seminal e ultrassons ultra-portáteis para avaliação de condição gestacional e testículos", ressalta o médico-veterinário, destacando ainda que o Instituto faz intercâmbio de material genético entre onças-pintadas *ex situ* e *in situ*, em parceria com o Instituto Onça-pintada, onde são mantidos temporariamente animais de vida livre para reprodução assistida e/ou monta natural.

Espécie em perigo

A onça-pintada está presente em cinco biomas brasileiros – Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal. A situação mais grave é na Caatinga, onde a espécie é avaliada como criticamente em perigo. "As populações estão ficando cada vez menores e isoladas por várias questões, pela fragmentação do ambiente ou pela intervenção humana, criando o isolamento daquela região. São pequenas populações que não conseguem mais migrar para reproduzir e aumentar a variabilidade genética, que é o que fortalece uma espécie", enfatiza Cristiane Pizzutto, lembrando que a reprodução de uma pequena população entre si é muito prejudicial porque pode levar de fato a um processo de extinção da espécie.

Tecnologia avançada

A possibilidade de armazenar material genético de espécies animais em um biobanco, é uma forma de manter uma população "de segurança", funcionando como a ponte de migração que os animais não conseguem mais fazer naturalmente. "A biotecnologia reprodutiva trabalha da seguinte forma: se pegamos o sêmen armazenado de uma população A e inseminamos em uma fêmea de uma população B, estamos possibilitando o fluxo genético entre populações, aumentando a variabilidade genética e impedindo que essa espécie, teoricamente, venha a entrar em extinção.", ressalta Pizzutto.

Pedro Nacib Jorge Neto, salienta que o uso das biotécnicas reprodutivas avançadas permite o intercâmbio de material genético – sêmen e embriões – , nas populações isoladas. "Porém, ações mais enérgicas e rápidas precisam ser tomadas, com a remoção de indivíduos de áreas que não comportam população geneticamente viável para ambiente *ex situ*, onde a reprodução destes animais será trabalhada."

Conservação integrada

A estratégia *One Plan Approach*, da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), prevê a realização de ações de manejo e de conservação integrada das populações de uma espécie, seja dentro ou fora de seu habitat natural. "Nesse cenário, o uso das biotecnologias se faz extremamente necessário, porque dificilmente vamos levar um animal que está *in situ* para *ex situ* para reproduzir e vice-versa. Então, transportar o material genético é extremamente importante e favorece a reprodução desses animais", afirma Cristiane destacando que para isso, são adotados protocolos de bem-estar para que as espécies sejam animais viáveis para a reprodução.

"Hoje, é inaceitável que animais silvestres *ex situs* sejam mantidos sem esses protocolos, pois isso é extremamente importante para darmos continuidade aos planos de reprodução assistida e falar em conservação integrada", enfatiza a médica-veterinária, ressaltando que *One conservation* nada mais é do que trabalhar a questão da conservação integrada do *in situ* com o *ex situ* e a sustentabilidade.

O conceito *One conservation* é fundamental para a conservação das espécies, pois engloba toda a sociedade."Um dos fatores do sucesso para a conservação da onça-pintada é a sua remoção de fragmentos que já não permitem a sua manutenção para um ambiente *ex situ*, aonde se multiplicam e posteriormente são reintroduzidas em áreas previamente trabalhadas para comportar a espécie", conclui Pedro Nacib Jorge Neto. ■

DIVULGAÇÃO REPROCON

5ª SEMANA DO MÉDICO-VETERINÁRIO

Os temas abordados nesta edição foram Medicina Veterinária do Coletivo; prevenção jurídica e ética; e nutrição responsável

A 5ª edição da Semana do Médico-veterinário do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), mais uma vez em formato on-line, reuniu representantes da Organização Mundial de Saúde Animal, do Colégio Brasileiro de Anestesiologia Veterinária, do Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo e da Anclivepa-Brasil.

Voltado a profissionais e estudantes, o evento, realizado de 8 a 10 de setembro, abordou temas relacionados à Medicina Veterinária do Coletivo, especialidade reconhecida, recentemente, pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV); prevenção jurídica e ética na Medicina Veterinária; e Nutrição responsável.

Medicina Veterinária do Coletivo

Na abertura do evento, o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero reconheceu a importância da participação feminina na Medicina Veterinária, que já representa mais de 60% dos profissionais atuantes e ressaltou a escolha dos temas programados como uma demonstração prática da ampliação do campo de atuação do médico-veterinário e do seu papel como agente ativo da saúde pública.

ACERVO CRMV-SP

"O enfrentamento da pandemia em nível mundial trouxe à tona a oportunidade da inserção do médico-veterinário não apenas como coadjuvante, mas como protagonista do gerenciamento de crises e da sua prevenção, por meio da pesquisa, da atuação em grupos multidisciplinares e da formação humanística desde a formação acadêmica", enfatiza Mossero.

No primeiro painel, a médica-veterinária Rita de Cássia Maria Garcia, coordenadora do Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC), apresentou uma contextualização histórica da Medicina Veterinária do Coletivo e destacou a atuação multidisciplinar da nova especialidade, devido à associação das questões de saúde animal ao bem-estar das famílias, citando como exemplo dessa interatividade a Teoria do Elo e ocorrências envolvendo acumuladores de animais, cujas características podem revelar casos de violência doméstica e distúrbios psíquicos.

"Esse ciclo de violência pode ser quebrado com a realização de uma análise holística feita por profissionais sensíveis à realidade em que as vítimas estão inseridas. Animais maltratados, geralmente, são um sinal de que algo na família não vai bem", afirma Rita.

A médica-veterinária Patrícia Silvia Pozzetti, que nos últimos anos atua como coordenadora científica do Departamento de Ciências da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) em Paris, apontou a necessidade de atenção especial para questões ligadas à atuação dos profissionais junto aos agentes governamentais como mensageiros dos inúmeros benefícios do cuidado com os animais para a saúde pública. Um exemplo é a revisão pela qual passa o Código Sanitário de Animais Terrestres da OIE, em especial no capítulo sobre o controle de cães errantes.

Encerrando o primeiro dia de palestras, a médica-veterinária e integrante da Comissão de Bem-estar Animal do CRMV-SP, Rosangela Gebara, trouxe à tona aspectos da formação técnica que, aliada ao conhecimento legislativo e às características inerentes à personalidade podem beneficiar a atuação do especialista em Medicina Veterinária do Coletivo, uma prática que, segundo ela, exige desenvoltura, adaptabilidade, resiliência, autogestão e empatia.

Prevenção jurídica e ética

No segundo painel, realizado no Dia do Médico-veterinário, a abertura ficou a cargo do vice-presidente do CRMV-SP, Fábio Manhoso, que parabenizou a classe pelas conquistas e ressaltou a importância do tema como conteúdo essencial na rotina da formação e na prática cotidiana do profissional.

ACERVO CRMV-SP

"Tenho convicção de que os profissionais que estão no mercado devem se atualizar continuamente em relação ao conteúdo técnico e de legislação. No entanto pode-se afirmar que, pelo menos 40% dos processos éticos ocorrem devido a falta de uma comunicação eficiente. Conhecer e comunicar à sociedade quem somos, o que podemos fazer, até onde podemos ir, respeitarmos e sermos respeitados serão a base para o futuro da nossa profissão", afirma Manhoso.

A primeira palestrante, Rosemary Viola Bosch, tesoureira do CRMV-SP e presidente da Comissão de Responsabilidade Técnica do Regional, abordou aspectos legais da atuação dos profissionais que assumem a responsabilidade técnica de uma empresa, seja como colaboradores, empreendedores ou profissionais liberais.

"Estamos muitos preocupados e buscamos respostas para compreender

esse fenômeno que precisa ser combatido, afinal os processos éticos são infrações, que na maioria das vezes, poderiam ser evitadas caso o profissional seguisse as diretrizes estipuladas justamente para protegê-los. Conhecer a legislação é uma obrigação, porém praticar a atividade profissional com ética e responsabilidade é mais que um dever, trata-se de uma demonstração de cidadania, amor pela profissão e por toda a sociedade", enfatiza Rosemary.

Uma das especialidades consideradas mais importantes da atualidade na Medicina Veterinária, a Anestesiologia conquista espaço no mercado com novas demandas, mas destaca-se quando o assunto são infrações éticas praticadas pelos profissionais. A questão foi apresentada pela presidente do Colégio Brasileiro de Anestesiologia Veterinária (CBAV), Silvia Renata Gaido Cortopassi.

Uma das preocupações destacadas pela presidente do CBAV é com relação ao profissional volante, que, muitas vezes "dificulta o vínculo com o paciente no pré e pós-operatório, sem contar que causa impacto direto no déficit de informações sobre o histórico médico, fato já confirmado como principal causa de erros fatais durante os procedimentos. Acolher e acompanhar os pacientes são questões indispensáveis e precisam ser colocadas em prática para que a especialidade atinja todo seu potencial de excelência", ressalta Silvia.

A advogada Renata Arruda, especializada no atendimento de médicos-veterinários, destacou pontos que merecem atenção dos profissionais com o objetivo de prevenir e gerenciar crises provocadas por processos éticos e judiciais. Com linguagem direta e objetiva, elencou os principais riscos ligados à prática profissional: desconhecimento sobre a atualidade, o perfil dos tutores e a responsabilidade civil e ética em que se enquadra a empresa na qual se está inserido; o conhecimento raso sobre prontuário; a falta de informação ao cliente e a subestimação do bom relacionamento com o mesmo.

"O profissional deve manter o foco não apenas nas necessidades do paciente, mas compreender que o tutor também precisa ser incluído no atendimento. Uma relação de confiança no início desse contato facilitará o trabalho do profissional", ressalta a advogada.

Nutrição responsável

No terceiro e último dia de palestras, o destaque foi a alimentação dos pets e a responsabilidade dos tutores e profissionais sobre a nutrição adequada dos animais. Na abertura, o secretário-geral do CRMV-SP, Fernando Gomes Buchala, enfatizou a importância da Comissão de Nutrição Animal, que desde a sua criação, em 2014, tem fomentado discussões importantes e de vanguarda.

ACERVO CRMV-SP

Buchala destacou ainda a satisfação de estar no painel sobre nutrição e de integrar a nova diretoria do Regional. "Agradeço a oportunidade de participar da nova gestão e da idealização de quatro novas comissões técnicas: ética profissional, educação, agronegócio e representantes regionais. Cabe a cada um de nós dedicação e esse pensar no futuro das profissões."

O primeiro palestrante da noite foi o médico-veterinário e zootecnista João Paulo Fernandes Santos. Membro da Comissão Técnica de Nutrição Animal do CRMV-SP, o profissional abriu a sua apresentação mostrando o potencial do mercado pet brasileiro que, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (Abinpet), conta com 144,3 milhões de animais domiciliados, dos quais 55, 9 milhões de cães; 40,4 milhões de aves; e 25,6 milhões de gatos, além de outros animais.

"Nos últimos sete anos, o número de felinos domiciliados cresceu o dobro do de cães. Essas populações estão ganhando espaço e a composição familiar tem mudado, cada vez mais, alguns casais preferem adotar animais do que terem filhos", ressalta Santos, lembrando que o consumidor tornou-se mais exigente ao adquirir produtos, prezando pela alimentação saudável, o que também repercute na alimentação do pet.

Santos ressalta que a alimentação do animal precisa de respaldo técnico. "Pesquisas mostram que 100% das dietas disponíveis na internet apresentam desbalanço nutricional. Nutrição animal é uma ciência que demanda conhecimento técnico e canal de comunicação aberto entre profissional e tutor", explica o médico-veterinário e zootecnista.

O médico-veterinário Rodolfo Claudio Spers, membro da Comissão de Nutrição Animal do CRMV-SP, iniciou a sua apresentação enfatizando que a alimentação animal divide opiniões, alguns acreditam que a natural não fornece o equilíbrio nutricional adequado, enquanto outros são totalmente contra a industrializada.

"Não há legislação que dê suporte e fiscalize, há dificuldade em oferecer as quantidades corretas e é preciso tomar cuidado com o cozimento e o armazenamento. Devemos respeitar as necessidades das espécies. É preciso bom senso do médico-veterinário e do tutor no manejo nutricional", enfatiza Spers.

No encerramento da noite e da Semana do Médico-veterinário, Yves Miceli, presidente da Comissão Técnica de Nutrição Animal do CRMV-SP e membro dos comitês técnicos da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (Abinpet), abordou o trabalho da Comissão que tenta harmonizar as informações relacionadas à alimentação dos pets. "É preciso conhecimento para elaborar essas dietas, o organismo utiliza nutrientes e não ingredientes."

Outro ponto citado foi a humanização dos pets, que deve ter limites. Cães e gatos, por exemplo, não digerem bem carboidratos, por isso, é preciso muito cuidado com o que se oferece ao pet. "É preciso desumanizar a nutrição do pet e conscientizar a população e os profissionais sobre a nutrição responsável", conclui Miceli. ■

A MISSÃO DE UM MÉDICO-VETERINÁRIO NA SOCIEDADE

De autoria do médico-veterinário Waldyr Brandão, a obra consiste em uma coletânea de artigos publicados, desde os anos 1970 até os dias atuais, na imprensa de Tupã e região (interior de São Paulo). Com linguagem acessível, os 63 artigos tratam de assuntos variados da Medicina Veterinária e da saúde pública em geral. O prefácio é do editor-geral do portal Higiene Alimentar, José Cezar Panetta, docente aposentado da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ-USP) e membro da Academia Brasileira e Paulista de Medicina Veterinária. Voltado aos profissionais, pesquisadores, professores e estudantes, o livro propõe uma reflexão acerca desta prática, que envolve o amor à natureza.

Autor: Waldyr Brandão
Editora: Primeira Leitura

RESPONSABILIDADE TÉCNICA NA MEDICINA VETERINÁRIA

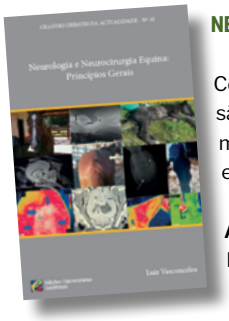
Além de apresentar com clareza o conhecimento técnico necessário que o médico-veterinário deve ter para desempenhar essa importante função, o livro traz os fundamentos da responsabilidade técnica, formalização do contrato, aspectos éticos e legais que permeiam o assunto. E conta com capítulos elaborados por profissionais que vivenciam essa atuação em sua rotina diária, com apresentação de documentos e legislações de cada área, disponíveis na leitura dos Qr-codes. Como a graduação, via de regra, não prepara o profissional para assumir a função de responsável técnico, sem a devida atenção e o conhecimento necessário, o médico-veterinário fica exposto a riscos, podendo ser penalizado ética, civil e penalmente. Daí a importância do profissional estar capacitado para lidar com todos os aspectos que abrangem a responsabilidade técnica.

Autoras: Ana Carolina Siqueira Gonçalves de Assis e Raquel de Sousa Braga
Editora: Medvep

CIRURGIA DE PEQUENOS ANIMAIS

De procedimentos básicos, como esterilizações, castrações e onicectomias, até cirurgias complexas, como craniotomia, fendas ventrais e lobectomia pulmonar, a obra abrange tudo o que o estudante e o médico-veterinário precisam saber sobre cirurgias de tecidos moles e ortopédicas. Além de instruções passo a passo de técnicas cirúrgicas bem-ilustradas, técnicas de exames de imagem atualizadas, protocolos de anestesia e quadros de dicas clínicas, a edição traz seções expandidas sobre toracoscopia, artroscopia e laparoscopia; técnicas e procedimentos adicionais envolvendo doenças das articulações; capítulo revisado sobre medicina regenerativa; maior destaque para diagnóstico diferencial e capítulo expandido sobre exame neurológico.

Autora: Theresa Welch Fossum
Editora: Elsevier



NEUROLOGIA E NEUROCIRURGIA EQUINA: PRINCÍPIOS GERAIS

Com linguagem simples, a obra sobre neurologia equina tem o objetivo de desmitificar o assunto. Ao longo de 27 capítulos, são abordados temas como semiologia do sistema nervoso, trauma no sistema nervoso, doenças infectocontagiosas com manifestação neurológica, doenças degenerativas, doenças nervosas sem etiologia conhecida, doenças da coluna vertebral e suas correções cirúrgicas e neuropatias periféricas.

Autor: Luiz Vasconcellos
Editora: Edições Universitárias Lusófonas

QUAL A SUA **DÚVIDA?**

O que é preciso para substituir o responsável técnico da minha empresa?

A substituição da responsabilidade técnica deve ser requerida por escrito pela pessoa jurídica, ao CRMV em que a mesma se encontra registrada. A ART tem prazo máximo de 12 (doze) meses, sendo obrigatória a sua renovação, sob pena de cancelamento automático.

Lista de documentos:

- **Requerimento solicitando a substituição do responsável técnico.** O requerimento deverá conter os dados da empresa, os dados do profissional a ser substituído e os dados do novo responsável técnico;
- **Contrato de prestação de serviços técnicos – 02 (duas) vias.** Caso haja vínculo empregatício por CLT, substituir o contrato de prestação de serviços técnicos pela cópia simples da folha do livro de registro e da carteira de trabalho. Sendo o responsável técnico proprietário ou sócio da empresa, não é necessária essa documentação;
- **ART – 02 vias.** Caso o Responsável Técnico seja proprietário da empresa, encaminhar modelo específico para responsáveis técnicos sócios e/ou proprietários;
- **Cópia simples da cédula de identidade profissional.**

Para solicitar o boleto da taxa da ART e os formulários, bem como para obter mais esclarecimentos quanto à documentação e a entrega dos documentos, favor entrar em contato com a unidade mais próxima.

Os documentos poderão ser entregues pessoalmente ou encaminhados por correspondência para a unidade mais próxima.

Orientações complementares:

✔ Sempre que houver substituição de responsável técnico será emitido certificado de regularidade atualizado;

✔ Será cobrada a taxa de ART e de emissão de certificado de regularidade – exceto nos casos das isenções previstas na legislação vigente.

Como faço para substituir minha cédula provisória para a definitiva?

Profissionais que apresentaram o certificado de colação de grau no momento da inscrição deverão apresentar o diploma para substituir a inscrição provisória para a definitiva.

A cédula profissional provisória com validade de 12 (doze) meses será substituída por nova cédula sem prazo de validade.

O profissional precisa apresentar os seguinte documentos:

- Requerimento para a substituição da cédula;
- Diploma original;
- RG ou RNE atualizado;
- Cédula provisória para devolução ou Boletim de Ocorrência;
- Duas fotografias recentes, tamanho 2X2 (foto para documento);
- Comprovante de pagamento da taxa de emissão da cédula definitiva.

Para a solicitação do boleto é necessário enviar e-mail para atendimento@crmvsp.gov.br e informar "cédula definitiva", assim como nome completo, CPF, endereço e telefone.

Como faço para continuar recebendo e-mails, comunicados, campanhas, informativos e pesquisas do CRMV-SP?

Atento às diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em vigor desde 1 de agosto, o CRMV-SP vem traçando maneiras de dialogar sobre a utilização de informações pessoais dos profissionais registrados. O primeiro passo foi a atualização de sua Política de Privacidade e a elaboração de um termo de consentimento, ambos disponíveis digitalmente, para garantir a proteção dos dados de médicos-veterinários e zootecnistas.

Verifique a política de privacidade e preencha o termo de consentimento para continuar recebendo por e-mail newsletter semanal, campanhas, comunicados, convites para eventos e pesquisas do CRMV-SP.

Política de privacidade: https://crmvsp.gov.br/lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais-lgpd/

Termo de consentimento: https://crmvsp.gov.br/termo-de-consentimento-lpgp/. ■

ACERVO CRMV-SP

Membros da Comissão Estadual de Fiscalização tomam posse

Em setembro, o CRMV-SP deu posse aos novos integrantes da Comissão Estadual de Fiscalização. A missão do novo grupo será assessorar nos procedimentos de fiscalização, considerando a quantidade de profissionais e empresas inscritas no Conselho, bem como o número de autuações, multas e processos administrativos.

De acordo com o presidente da autarquia, Odemilson Donizete Mossero, a Comissão visa melhorar os procedimentos, assim como diagnosticar e prevenir as principais causas de autuações. O médico-veterinário Otávio Diniz, presidente da Comissão, afirma que o processo de informatização das metodologias de trabalho também será prioridade, sem perder o caráter humano. "É importante que a classe compreenda que fiscalização não é punição, mas orientação, e que visa elevar a qualidade dos serviços prestados à sociedade", enfatiza.

ACERVO CRMV-SP

Comissão de Resgate Técnico é homenageada pela ação no Parque Estadual do Juquery

Os médicos-veterinários que integram a Comissão de Resgate Técnico Animal e Medicina Veterinária de Desastres receberam voto de congratulações emitido pelo CRMV-SP. Os profissionais foram homenageados durante Sessão Plenária Ordinária, pelas ações diante do incêndio que atingiu o Parque Estadual do Juquery.

"Esta ação teve um saldo extremamente positivo e daremos continuidade ao trabalho, mobilizando outras entidades do Estado para que possamos juntos capacitar os profissionais e responder de forma mais ordenada a situações como a do Parque do Juquery", disse Leonardo Maggio de Castro, presidente da Comissão.

Consulta pública sobre medicamentos controlados

O CRMV-SP enviou sugestões à consulta pública para contribuir com o texto do novo Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, atualmente observado pela Portaria SVS/MS nº 344/1998, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

As sujestões do Conselho foram elaboradas, em conjunto, por suas comissões técnicas, com o objetivo de chancelar a prescrição, aquisição e dispensação de medicamentos de uso controlado por médicos-veterinários, considerando-se as particularidades da profissão.

Adriana Maria Lopes Vieira, presidente da Comissão Técnica de Saúde Pública Veterinária e integrante do Grupo de Trabalho de Vigilância Sanitária do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), explica que há muitos fármacos fabricados por laboratórios de medicamentos de uso humano que são aplicados na Medicina Veterinária. "Eles têm valor terapêutico indispensável e alguns deles não possuem o princípio ativo na indústria veterinária. Por isso, é muito importante a participação dos médicos-veterinários para que a nova resolução atenda as necessidades da classe", disse.

Homeopatia Veterinária

No início de setembro, a Associação Médico-veterinária Homeopática Brasileira (AMVHB) realizou, de forma on-line, o 10º Congresso Brasileiro de Homeopatia Veterinária. O presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero fez a abertura do evento, que contou com palestras de membros da Diretoria e da Comissão Técnica de Homeopatia Veterinária do Regional.

Fábio Manhoso, vice-presidente da autarquia, falou sobre como expandir o ensino da homeopatia nos cusos de Medicina Veterinária do Brasil. Cideli Coelho, membro efetivo da Comissão Técnica de Homeopatia Veterinária discorreu sobre homeopatia nas convulsões; enquanto José Agostinho Tomazella, também da Comissão, trouxe luz às questões sobre homeopatia em equinos.

Nutrição Responsável

Comissão Técnica de Nutrição Animal realizou em setembro o webinar "Nutrição Responsável", evento que teve como objetivo discutir a nutrição de animais de companhia e sua interação com a saúde e a longevidade, reforçando a importância da ciência da nutrição animal e dos aspectos regulatórios e jurídicos que apoiam a temática no Brasil e no mundo. No encontro estavam presentes representantes de entidades do segmento de nutrição animal, agentes federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), membros de comissões técnicas do CRMV-SP, além de representantes do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV).

Responsabilidade Técnica em pauta

Carolina Padovani, integrante da Comissão de Responsabilidade Técnica do CRMV-SP, foi uma das palestrantes do XX Congresso do Colégio Brasileiro de Nutrição Animal - CBNA PET 2021. O evento, 100% on-line, foi dividido em blocos temáticos sobre nutrição, processo, segurança e mercado. Na ocasião, a médica-veterinária falou sobre a visão do Conselho frente à responsabilidade técnica.■

ACERVO CRMV-SP

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo

COMUNICADOS

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante a decisão proferida pelo Plenário da 79ª Sessão Especial de Julgamento do CRMV-SP, nos autos do Processo Ético-profissional nº. 0028/2014, vem executar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL com fundamento no Art. 33, alínea "c" da Lei Federal nº. 5.517/1968, aplicada ao médico-veterinário WALTER MÁRIO CRISTIAM ELIA, inscrito neste Regional sob o nº. CRMV-SP nº. 18.742-VP, pela violação aos Art. 13, Inciso XIV; Art. 8º; Art. 35, Inciso II do Código de Ética do Médico-veterinário (Res. CFMV nº 722/2002);

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante à decisão proferida pelo Plenário da 96ª Sessão Especial de Julgamento do CRMV-SP, nos autos do Processos Ético-profissional nº. 0051/2018, vem executar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL com fundamento no Art. 33, alínea "c" da Lei Federal nº. 5.517/1968, aplicada ao médico-veterinário ALEXANDRE LUZ, inscrito neste Regional sob o nº. CRMV-SP nº. 26.107-VP, pela violação aos Art. 1º e Art. 9º, Inciso I do Código de Ética do Médico-veterinário (Res. CFMV nº 1.138/2016)

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante a decisão proferida pelo Plenário da 101ª Sessão Especial de Julgamento do CRMV-SP, nos autos do Processo Ético-profissional nº. 0013/2019, vem executar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL com fundamento no Art. 33, alínea "c" da Lei Federal nº. 5.517/1968, aplicada à médica-veterinária NATÁLIA DO NASCIMENTO, inscrita neste Regional sob o nº. CRMV-SP nº. 23.215-VP, pela violação aos Art. 1º; Art. 6º, Incisos I e X; Art. 13, Inciso IX e Art. 14, Inciso I do Código de Ética do Médico-veterinário (Res. CFMV nº 722/2002)

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante a decisão proferida pelo Plenário da 94ª Sessão Especial de Julgamento do CRMV-SP, nos autos do Processo Ético-profissional nº. 0011/2017, vem executar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL com fundamento no Art. 33, alínea "c" da Lei Federal nº. 5.517/1968, aplicada à medica-veterinária TATIANA DE JESUS FORTE OLIVEIRA, inscrita neste Regional sob o nº. CRMV-SP nº. 19.960-VP, pela violação aos Art. 9º, Incisos I, III e V e Art. 8º, Inciso XIX do Código de Ética do Médico-veterinário (Res. CFMV nº 1.138/2016), cumulada com o pagamento de multa de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante a decisão proferida pelo Plenário do Conselho Federal de Medicina Veterinária, na XCVI Sessão Especial de Julgamento, nos autos do Processo Ético-profissional CFMV nº 5085/2019 (CRMV-SP 0010/2014), vem publicar a penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL, por 30 (trinta) dias, com fundamento no artigo 33, alínea "d" da Lei Federal nº 5.517/1968, aplicada ao médico-veterinário FERNANDO SALOMÃO DOS SANTOS, inscrito neste Regional sob o nº 09.641-VP, pela violação aos Artigos 1º, 6º, Inciso I; 13, Incisos II, IX e XII; 14, Incisos I, VI e VII; 19 e 46, todos do Código de Ética do Médico-veterinário (Resolução CFMV nº 722/2002).

ODEMILSON DONIZETE MOSSERO
CRMV-SP Nº. 02889
Presidente

TRANSPARÊNCIA

Julho a setembro de 2021	Resumo (R$)
SALDO BANCÁRIO INICIAL	39.777.011,05
Receitas	
Anuidades Pessoas Físicas/Jurídicas	2.517.044,73
Multas p/ Infração	40.614,50
Honorários Advocatícios	136.333,82
Ressarcimentos	365,00
Rentabilidade Aplicações	400.816,19
Total Receitas	**3.095.174,24**
Despesas	
Salários/Férias/13o Salário	1.801.750,81
Benefícios/Encargos	1.399.550,06
Material de Consumo	11.072,24
Aluguéis/condomínios/IPTU/Seguros	303.212,45
Telefone/Energia Elétrica/Água	32.251,43
Diárias Dir/Cons/Assess/Servidores	201.022,50
Desp. Transp. Dir/Cons/Ass/Servidores	83.571,77
Auxílio Representação	-
Auxílio Despesas	28.080,00
Serviços de Terceiros	82.702,29
Manutenção e Conservação de Bens	840.864,96
Suprimentos Delegacias e Fiscais	28.556,08
Serviços de Informática	180.765,89
Indenizações e Restituições	15.161,69
Repasse Honorários Advocatícios	58.305,49
Desp. Ações Executivas	14.623,87
Serviços Postais e Telegráficos	137.178,89
Serviços Divulgação e Publicidade	146.211,35
Impostos, Taxas, Tarifas, Pedágio	-
Assinaturas e Periódicos	-
Convênios	6.885,00
Cota Parte CFMV	656.595,91
Despesas Bancárias	29.761,18
Compra de Bens	72.990,00
Total Despesas	**6.131.113,86**
SALDO BANCÁRIO FINAL	36.741.071,43
Composição Saldo Bancário	**-**
Bco Brasil - BB CDB DI	20.060.921,73
Bco Brasil – Capitalização	-
BB - Arrecadação Bancária	-
BB - Conta Movimento	-
BB - Conta Multas	-
BB - Conta Honorários	128.759,02
CEF - CDB FLEX	16.501.614,59
CEF - Santa Cruz	49.776,09
Total	**36.741.071,43**

Já acessou a **nova** plataforma do **CRMV-SP?**

Estão disponíveis **novos serviços** e **conteúdos!**

CRMVSP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

www.crmvsp.gov.br